

**Universidade Federal de Uberlândia-UFU**

**Instituto de História**

Isabela Roque Tognetti

**Máscaras da escravização pré-colonial: o silenciamento do cidadão escravizado em  
epistemologias decoloniais**

**Uberlândia-MG**

**2025**

Isabela Roque Tognetti

**Máscaras da escravização pré-colonial: o silenciamento do cidadão escravizado em  
epistemologias decoloniais**

Monografia de conclusão de curso apresentada no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para outorga de grau no curso de Graduação em História:

Bacharelado da Universidade Federal de Uberlândia

Orientador(a): Prof. Dra. Ivete Batista da Silva Almeida

**Uberlândia**

**2025**

“A África tem história para contar.”

**(Joseph Ki-Zerbo)**

Dedico esse trabalho á Reginaldo Tognetti

*(in memoriam)*

## Agradecimentos

Começo agradecendo minha mãe Yemanjá por ter me dado colo durante esse processo, agradeço meu pai Ogum que me deu força para que eu fechasse esse ciclo, e agradeço Dona Rosa Caveira por sempre estar ao meu lado, agradeço também Nossa Senhora Aparecida por sempre me cobrir com seu manto, por fim agradeço a toda espiritualidade que me rege.

Agradeço minha mãe por ser meu porto seguro e por sempre me apoiar, agradeço a minha irmã Marina por esses anos que moramos juntas e por ter estado presente me assistido, agradeço ao meu cunhado Paulo que com seu jeito chegou trazendo a alegria para a nossa família.

Agradeço ao meu pai, que infelizmente não pode estar presente fisicamente para me ver defender meu tcc no curso, que ele sempre quis eu fizesse, sei que em qualquer lugar que você esteja você continua sendo meu maior apoiador.

Agradeço a minha orientadora Ivete, que me fez me apaixonar pela história de África mais uma vez, vou levar para sempre comigo todas as coisas que a senhora me ensinou e as nossas conversas que sempre reacendiam em mim a certeza de que eu estava indo para o caminho certo. Te digo mais uma vez, você mudou minha vida e a minha trajetória acadêmica.

Agradeço a todos os professores que me ensinaram durante a graduação, agradeço especialmente um professor: Professor André Voght, pelas aulas, pelas conversas e por ter topado fazer um grupo de estudos sobre paleografia.

Agradeço a todos os amigos que fiz ao longo da graduação Heloisa, Luísa, Lino, Laura, Lucas, Gabriel, Júlia (*in memoriam*). Agradeço especialmente a Chronos me fez crescer profissionalmente e me fiz sair da minha zona de conforto diversas vezes, sempre vou levar no meu coração todas as pessoas que conheci durante meus três anos e meio que fiquei na empresa.

Agradeço em especial duas amigas, agradeço minha amiga Diane que mesmo de longe está presente na minha vida e é a melhor companheira para um café. Agradeço a uma amiga muito especial que fiz na graduação, Ana Marilia obrigado por nunca ter soltado a minha mão e por ser minha luz quando eu preciso, e que está presente em todos os meus dias, como eu sempre te digo o que Yemanjá e Oxum uniram ninguém é capaz de separar.

Agradeço a minha psicóloga Marta por ter me ajudado a seguir em frente e por ter feito eu perceber que sou capaz de muitas coisas.

Agradeço ao CNPQ pela bolsa de iniciação científica, que me deu a oportunidade de pesquisar a história da Rainha Amina de Zazzau.

Agradeço também a Rainha Amina de Zazzau, que apesar de séculos nos separarem, ela me devolveu o brilho que sempre senti em relação a História de África, e me fez me reconectar com uma parte de mim que a muito tempo havia se perdido. Obrigada Rainha Amina de Zazzau.

Agradeço ao meu Amor, por ter me ajudado atravessar a dor e por ter me mostrado que a vida pode vir ser muito feliz ao lado daqueles que amamos.

Por fim, quero agradecer a pequena Isabela que sempre sonhou em chegar até aqui, te digo que não foi fácil essa trajetória, mas vencemos e encontramos a nossa verdade ao longo desse caminho.

Obrigada por nunca ter desistido, e hoje posso te dizer que nós somos a mulher que sempre sonhamos em ser.

## **RESUMO:**

Essa pesquisa se iniciou a partir de um texto do filosofo africano Achille Mbembe intitulado como: *As Formas Africanas de Auto Inscrição*. A investigação a partir de uma abordagem decolonial, traz o apagamento histórico da escravização pré-colonial africana e o silenciamento do escravizado como protagonista da sua própria história. Explorando as resistências e as brechas do sistema escravista, que enxerga o escravizado como um objeto, uma propriedade e uma moeda. Portanto, estudar a escravização pré-colonial é uma forma de romper os estereótipos, desconstruindo o estereótipo de que a raça preta é o rosto da escravização. Assim, devolvendo ao cidadão escravizado o direito à cidadania.

Palavras-Chave: Escravização; Escravizado; Cidadania; África.

**ABSTRACT:**

This research began with a text by the African philosopher Achille Mbembe entitled *African Modes of Self-Writing*. From a decolonial perspective, the investigation addresses the historical erasure of pré-colonial African enslavement and the silencing of the enslaved as the protagonist of their own history. It explores the forms of resistance and the gaps within the slave system, which regarded the enslaved as an object, a property, and a currency. Therefore, studying pre-colonial enslavement is a way of breaking stereotypes, deconstructing the notion that the Black race is the sole face of enslavement, and thus restoring to the enslaved Citizen the right to citizenship.

Keywords: Enslavement; Enslaved; Citizenship; Africa.

**Sumário:**

Introdução.....	10
Capítulo 1- A instituição da escravização e a exclusão do escravizado como cidadão.....	13
1.1 A escravização africana e o escravizado.....	17
1.2 O escravizado enquanto propriedade.....	24
Capítulo 2- Quem é esse cidadão escravizado constantemente negado pela sociedade?.....	29
2.1 O silenciamento da cidadania do escravizado.....	30
2.2 O cidadão escravizado e sua luta contra o sistema escravista.....	33
2.3 O outro seria escravizado ou cidadão?.....	37
Capítulo 3- As brechas da instituição da escravização: invenção do cidadão ou do escravizado?.....	44
3.1 A ruptura da cidadania do escravizado.....	45
3.2 A consolidação da escravização colonial como uma instituição.....	49
3.3 A destituição da cidadania do cidadão escravizado.....	53
Considerações Finais.....	58
Referências.....	60

## **Introdução:**

O continente africano possui uma historiografia muito rica e muito interessante, que deveria ser mais estudada tanto nas pesquisas acadêmicas, como nas salas de aula. Quando falamos sobre África geralmente sua história é resumida em escravização, colonização e o apartheid<sup>1</sup>, o social se esquece que antes dos europeus invadiram as terras africanas e colonizá-las, existia naquelas terras Reinos Africanos.

Reinos esses que foram governados por Rainhas e Reis africanos, rainhas como Rainha Amina de Zazzau, Rainha Nzinga, Rainha Ndatté Yalla Mboji, entre outras. Os soberanos dessas terras escreveram uma história na historiografia, história essa que é silenciada muitas vezes. A Europa de uma certa maneira tentou apagar a existência da Realeza Africana da historiografia, porém aos longos dos anos percebemos que esse apagamento não persistiu, pois, existentes inúmeras pesquisas sobre África nos dias de hoje.

No entanto, engana-se quem acha que no continente africano não existiu escravização, quando na verdade o sistema escravocrata esteve presente em toda a escravidão pré-colonial que marcou a historiografia africana. De fato, as escravizações pré-colonial e colonial apresentam diversas semelhanças, entretanto, elas possuem uma diferença notável no sentido de os cidadãos que foram escravizados em África não deixavam suas nações.

Em África os escravizados não eram reconhecidos como cidadãos, como se para aquela sociedade o escravo era escravo por natureza<sup>2</sup>, como define filósofo Aristóteles. O que nos leva a seguinte indagação: por que o escravizado não era reconhecido como cidadão na escravização pré-colonial?

Tentaremos responder essa pergunta ao longo dessa monografia, passando pela história da servidão pré-colonial em África, tentando descobrir quem é esse cidadão que foi escravizado durante muitos séculos, e por fim escutaremos a voz desse cidadão e veremos de quais direitos, eles foram destituídos.

Vale lembrar que, o foco dessa monografia não é a escravidão colonial e sim a escravização pré-colonial, dessa maneira em alguns momentos precisamos trazer o colonialismo europeu para entender algumas coisas sobre a servidão pré-colonial. No final

---

<sup>1</sup> *As formas de Auto Inscrição*. Achille Mbembe.2001. p.4.

<sup>2</sup> *O papel do Escravo em Aristóteles e Hegel*. Eurico Jorge Nicuia. 2009. p.14.

dessa pesquisa, iremos trabalhar com o começo desse colonialismo, afinal narramos nessas páginas a escravização pré-colonial com foco no escravizado.

Contudo, nos dias atuais existem inúmeras pesquisas a respeito da escravização principalmente sobre a escravização colonial, pouco se investiga a história de África, principalmente, sobre a escravidão que ali existiu. Essa parte da história ainda é uma parte muito difícil de narrar, posto que mexer nas marcas que a escravização deixou ainda é muito dolorido.

Os próprios africanos preferem ocultar essas partes da sua história, talvez por vergonha ou talvez por ser uma parte que eles preferem esquecer. Nas palavras do filosofo africano Achille Mbembe:

“Primeiro, entre a memória dos afro-americanos sobre a escravidão e aquela dos africanos do Continente, há uma zona de sombra que dá margem a um profundo silêncio: o silêncio da culpa e da recusa dos africanos em enfrentar o inquietante aspecto do crime que diretamente envolve sua própria responsabilidade.”  
(Mbembe,2001, p.18)<sup>3</sup>

Portanto, narrar essa parte da história por mais dolorida que ela seja, é necessária, visto que entender como essa escravização se desenhou no continente africano é refutar vários argumentos que os africanos também escravizavam. De fato, eles escravizaram, porém, mesmo não reconhecendo seus escravizados como cidadãos, os Reinos Africanos não os levavam para terras que eles se querem conheciam.

Além disso, não podemos equiparar os números das duas escravizações, porque a Europa escravizou muito mais do que África, eles cometem um genocídio<sup>4</sup>, do qual infelizmente a humanidade ainda carrega suas marcas e suas consequências. Não podemos apontar culpados, porque não existem culpados em ambas as escravizações, não se sabe ao certo quando a

---

<sup>3</sup> *Crítica da Razão Negra*. Achille Mbembe. 2020. p.18.

<sup>4</sup> TIASSOU, Kossivi. *União Africana classifica escravidão como genocídio*. Revista DW. 2025. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/uni%C3%A3o-africana-classifica-escravid%C3%A3o-e-regime-colonial-como-genoc%C3%ADdio/a-71942219>. Acesso em: 10 ago.2025.

escravização se iniciou, provavelmente ela existia a muito tempo, talvez até antes dos Reinos Africanos.

Logo, não podemos apontar uma raça para carregar toda a escravização, a final de contas em África não existia uma raça pré-determinada para se escravizar, visto que aqueles não pertenciam a realeza ou não fossem sacerdotes estavam sujeitos a escravização. Em suma, tentemos entender o motivo de ainda insistirem em colocar todo o fardo da escravização na raça preta.

Ademais, percebemos a quanto rica é a história de África e como ela se desenhou ao longo da historiografia, devolvendo, portanto, ao escravizado a sua cidadania e seu direito de gritar por ele mesmo sem que alguém o silencie.

Entendemos, enfim que narrar essa história envolve também contar suas partes difíceis, como a escravização. Afinal, como diria o historiador Joseph Ki-Zerbo ao responder o filósofo alemão Friedrich Hegel no livro *Coleção Geral da África: Volume I*: “A África tem história para contar” (Ki-Zerbo, 2010, p.30)<sup>5</sup>.

Assim, tentaremos narrar nas próximas páginas uma pequena parte da história de África, que apesar de ser dolorida, necessária ser narrada para que enfim escutemos a voz que ecoa dos cidadãos escravizados africanos.

---

<sup>5</sup> *Coleção Geral da África-Volume I*. Joseph Ki-Zerbo. 2010.p.30.

## **Capítulo 1- A instituição da escravização e a exclusão do escravizado como cidadão:**

O continente africano é marcado por uma narrativa de Reis e Rainhas e Reinos Africanos, reinados esses que possuíam escravizados. No entanto, pouco se fala sobre a escravização africana e de como ela era tratada como uma instituição no continente africano.

Quando tratamos da escravidão na África é preciso lembrar que qualquer pessoa estava sujeita a ser escravizado no continente, os únicos que não eram escravizados eram os membros da Realeza Africana e os sacerdotes. Assim, para a escravidão africana o escravo não possuía uma raça determinada.

Os europeus quando invadem as terras africanas não validam o poderio já ali existente, visto que aquelas terras não eram terras de ninguém eram terras que possuíam um Rei e/ou uma Rainha africana, aqui não iremos focar na escravidão colonial, pois o foco aqui é analisar como a escravização africana se escreve olhando para o escravizado.

A fundação do Estado africano surge com os Reinos Africanos, as terras africanas possuíam seu reinado, vale salientar aqui que o desenho geográfico do continente africano era diferente do qual conhecemos atualmente, já que a África passou ao longo da historiografia pelo que foi conhecido como a “partilha de África”.

Essa partilha ocorreu ignorando totalmente todos os Reinos que existiam nas terras africanas, além disso foi ignorando toda a divisão geográfica que já existente no continente. Observamos aqui, um apagamento escancarado da historiografia africana, pois a Europa redesenhou a África omitindo toda a história africana que já havia sido escrita naquelas terras desde séculos passados.

Quando abordamos a escravização africana nos Estados, podemos observar que essa instituição teve um papel muito importante para historiografia africana, no entanto tratar sobre esse ponto para a história parece ser um tópico sensível, visto que os próprios africanos tentam apagar essa parte da narrativa deles. O motivo pode ser vários, desde vergonha até ser uma ferida muito latente para a história ainda.

A sociedade africana tinha como definição de escravidão a definição do filósofo Aristóteles, de que “aquele que por natureza não se pertence, mas é o homem de outro, esse é escravo por

natureza” (Nicuia,2009, p.14)<sup>6</sup> essa era a explicação de escravização para a sociedade grega também.

Ambas as sociedades não reconheciam o escravizado como cidadão, como se para o corpo social a função daquele indivíduo era ser escravo, porque o escravizado era propriedade privada do Estado africano. No entanto, ele não tinha o reconhecimento para viver como um cidadão livre, dado que muitos morreram sonhando com a cidadania.

O filósofo africano Achille Mbembe em seu texto *As Formas Africanas de Auto Inscrição* diz que: “De muitas formas, a colonização foi uma co-invenção. Ela tanto foi o resultado da violência ocidental, quanto do trabalho de seus auxiliares africanos em busca de lucro.” (Mbembe,2001, p.20)<sup>7</sup>.

Percebemos assim, que a venda de escravizados na África para o Ocidente pode ter sido de maneira forçada ou involuntária, o historiador John Thornton em seu livro *A África e os africanos: Na formação do mundo atlântico-1400-1800* escreve que: “A venda de escravos, portanto, foi prejudicial para a África, e a decisão dos africanos de vendê-los pode ter sido forçado ou involuntária por alguns motivos.” (Thornton,1992, p.122)<sup>8</sup>.

Assim, se torna evidente que o escravizado era para aquela sociedade uma moeda, ou seja, algo que iria dar muito lucro para o Estado africano. Apesar disso, o fato de o ocidente ter apagado a historiografia africana corrobora para que hoje em dia não existe muitos escritos a respeito de como a escravização africana foi escrita. Até porque, para própria comunidade africana esse assunto ainda é um tabu.

A escravização africana durou até o século XX no continente africano, entretanto, nesse capítulo iremos abordar a escravização na antiguidade. Durante esses séculos a escravidão era vista na sociedade africana como uma instituição, porém qual seria o papel do escravizado nessa instituição que não o reconhece enquanto cidadão?

Quando olhamos para a historiografia africana nos esquecemos que o continente africano tem uma história para contar como afirma o historiador Joseph Ki-Zerbo. No entanto, narrar essa historiografia envolve narrar as partes difíceis, como a escravização.

---

<sup>6</sup> *O papel do Escravo em Aristóteles e Hegel*. Eurico Jorge Nicuia. 2009.p.14.

<sup>7</sup> *Crítica da Razão Negra*. Achille Mbembe. 2020.p.20.

<sup>8</sup> *A África e os africanos: na formação do mundo Atlântico*. John Thornton. 2004.p.122.

Ao olharmos para a escravidão nos lembramos de um grande genocídio da humanidade, de como os escravizados tinham como um de seus sonhos, serem reconhecidos como cidadãos. Serem reconhecidos como cidadãos livres, porém a liberdade para alguns só foi alcançada no desencarne.

Existiram Reinos Africanos que colaboraram com o tráfico de escravizados como o Reino de Daomé<sup>9</sup>, do qual o seu Rei fez uma aliança com os portugueses que forneceu seus escravizados para serem comprados e levados para o Ocidente. Todavia, no Reino de Senegal a Rainha Ndatté Yalla Mboj escreveu uma carta ao governador de St. Louis dizendo que ela não vendido seu território a ninguém e nem confiado seu país a nenhuma pessoa branca.<sup>10</sup>

Observamos assim que, houve Reinos que colaboraram com a escravização colonial e aqueles que foram contrários a ela. Entretanto, esses Impérios Africanos utilizavam o modo de produção escravista nas suas terras, o foco dessa monografia é a escravização pré-colonial, no entanto em determinados momentos precisamos avançar um pouco na historiografia para explicar alguns pontos.

Não podemos culpar os africanos pela escravização no seu território, visto que na antiguidade praticamente todos os Reinos do mundo utilizavam o escravismo como modo de produção. Desta maneira, ao olharmos para o escravizado africano nos deparamos com uma sociedade que não reconhece esse indivíduo enquanto cidadão pertencente dessa nação.

Dado que, durante muitos anos a definição de escravidão por Aristóteles prevaleceu ao longo da historiografia. Essa exposição de que, o escravo é escravo por natureza é errônea, porque o escravo é um indivíduo que nasceu livre, mas que por conta da sociedade da época foi reduzido a condição de escravo.

Diferentemente da escravização colonial, na africana não existia uma raça determinada para a escravidão, já que durante muitos séculos por conta da colonização as pessoas

---

<sup>9</sup> Coleção Geral da África- Volume V. Bethwell Allan Ogot.2010.

<sup>10</sup> QUEEN NDATE YALLA of Senegal. African Heritages. 2015. Disponível em: <https://africaheritages.wordpress.com/african-leaders-and-empires/african-women-leaders/ndate-yalla-mbodj-of-senegal/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

generalizam os escravizados nas pessoas negras, como se esse fosse o estereótipo do escravo.

Nos Reinos Africanos qualquer pessoa independentemente da sua raça podia ser escravizada, como por exemplo os hebreus não podiam escravizar a raça hebreia, no entanto escravizavam outras raças, inclusive a raça branca.

Aristóteles em seu livro *Política* não define uma raça para ser escravizada, no entanto dizem que quando os europeus chegaram no continente africano eles impuseram que a raça negra seria escravizada por serem muito diferente fisicamente dos europeus. Por conta disso, surgiu na história o que podemos chamar de estereótipo do escravo, na qual quando falamos sobre a figura do escravizado o primeiro pensamento das pessoas é uma pessoa negra.

Para o Aristóteles, o papel do escravo seria somente como alguém que é subordinado ao seu dono, ou seja, na definição do filosofo, o escravizado assume papel de indigente. Já que, para a sociedade esse indivíduo só é reconhecido como um ser humano pelo seu dono como se a identidade do escravo só se validasse pelo seu dono.

Entretanto, o escravo para seu dono não era considerado como alguém da família como se romantizam em livros e produções cinematográficas atualmente. Podemos dizer que, existe uma certa romantização da escravidão em alguns aspectos, inclusive da escravidão africana, é comum escutarmos o argumento de que na África também existia escravização.

De fato, no continente africano existiu escravidão, todavia o escravismo existente nos reinos africanos não era igual ao escravismo colonial, dado que os escravizados aqui não eram retirados de suas terras a força com a promessa de que um dia voltariam. Podemos afirmar, portanto, que a escravidão colonial foi de certa maneira um genocídio.

Para os impérios africanos o escravo era uma moeda, que podia ser facilmente vendido e comprado. Além disso, para a historiografia o escravizado não é o personagem central dessa narrativa, visto que a história do escravismo é na maioria das vezes contadas sob a perspectiva do outro. Será que o cidadão que foi escravizado, não pode contar a sua própria história?

Antes de tentarmos entender quem era esse escravizado e quem seria esse outro que constantemente é colocado na história da África, precisamos primeiro entender como a escravização africana se desenha na forma de instituição na antiguidade.

### **1.1 A escravização africana e o escravizado:**

O escravismo sofreu muitas alterações ao longo da historiografia, entretanto, ele é tratado como instituição, como um pilar importante tanto para a economia africana como também como modo de produção. Na África, eram poucos reinos que utilizavam o modo de produção camponês como mão de obra, a maioria se utilizava de escravizados para a mão de obra de suas terras.

Porém, existiam diversos tipos de escravizados como por exemplo, os escravizados que eram exclusivos da Realeza Africana, esses que alguns casos eram enterrados vivos juntamente com os donos. Pois, os impérios que acreditavam em vida após a morte, achavam que os membros da realeza iriam precisar de um escravizado no momento do desencarne, por isso eles eram enterrados juntos.<sup>11</sup>

Percebemos assim que, o escravizado não podia escolher nem a maneira como iria morrer, já que a sua morte já estava escrita. Ser enterrado junto como os seus donos era a forma que muitos escravizados morriam.

Além disso, a escravização estava escrita na bíblia, uma das formas de se escravizar era fazer o escravo acreditar que se ele aceitar a condição de escravo, ele seria salvo e iria para o Reino dos céus, sendo essa a única maneira da alma dele ser salva. A escravidão está escrita na bíblia<sup>12</sup>, um livro que é considerado sagrado para humanidade tem nas suas páginas a marca de um genocídio.

Sendo que, a escravidão é um genocídio de pessoas e identidades, posto que era imposto ao escravizado que a liberdade dele podia ser comprada quando na verdade ser livre é um direito de qualquer ser humano. Mais do que isso, era afirmado a todo momento que o escravo era escravo, como a definição de escravatura do Aristóteles que afirma que o escravo é escravo por natureza.

---

<sup>11</sup> *A Manilha e o Libambo. Aberto Costa e Silva. 2002. p.84.*

<sup>12</sup> Levítico 25:44- “Quanto aos escravos e às escravas que tiverdes, vós os comprareis das nações que estão em redor de vós. Também os comprareis dos estrangeiros que peregrinam entre vós [...] e serão vossa propriedade. Podereis deixá-los como herança a vossos filhos depois de vós, para os possuírem como propriedade perpétua.”

Importante salientar aqui, que a África não tem culpa da escravização pois, na antiguidade a maioria dos reinos se utilizavam do modo de produção escravista, no entanto, existe uma certa culpabilização da África pelo escravismo. Essa culpa é presente na própria história da África, porque eles mesmo tentam ocultar essa narrativa da sua história.

O continente africano não tem culpa da escravidão, então culpá-los é algo de certa maneira errado, dado que infelizmente a escravização é algo marcado pela história da humanidade, não podemos depositar de toda culpa nos reinos africanos, sendo que a própria história africana foi apagada por aqueles que impuseram a força o seu poder nas terras africanas.

Em suma, tratar da escravidão é mexer em uma ferida que muitos não querem mexer mais do que isso, olhar para o escravizado e colocá-lo como protagonista dessa história e colocar o olhar sob aqueles que diante daquela sociedade não eram cidadãos, pois para eles os escravizados eram escravizados por natureza.

Ao tratarmos da escravidão como uma instituição precisamos entender qual o papel do escravizado nessa instituição. Assim, talvez consigamos devolver de uma certa maneira a cidadania para aqueles que nunca chegaram a conquistá-la.

Os Reinos Africanos possuíam escravizados, como por exemplo o Reino de Zazzau do qual a Rainha Amina de Zazzau possuía escravizados e enriqueceu o seu Reino com eles. Contudo, quando olhamos para a escravização como instituição ocorre uma legitimação dessa dentro da sociedade africana, porém o escravo enquanto um cidadão não existe para o social, já que para o corpo social ele é somente um objeto, uma mercadoria, uma moeda.<sup>13</sup>

Ao discorremos sobre a escravidão africana tentaremos entender o lugar do escravizado nessa instituição. Nas sociedades africanas a escravidão se definia pela definição do filósofo Aristóteles que o escravo é escravo é por natureza, de que ele nascia para ser escravizado não podendo, portanto, alcançar a liberdade visto que, o escravizado não nasceu para ser um cidadão livre na visão do filósofo.

Em sociedades como, a Mesopotâmia, existiam leis que regulamentavam a compra e a venda de escravizados, essas leis são mencionadas no Código de Hamurabi. Na antiguidade a maior

---

<sup>13</sup> Crítica da Razão Negra. Achille Mbembe.2020.

fonte de escravizados era a guerra, existia também a auto escravização voluntária era uma prática comum entre os estrangeiros na Mesopotâmia.<sup>14</sup>

As leis existentes para a escravização protegiam o escravizado enquanto propriedade, já que para a sociedade africana esse escravizado era tratado como uma propriedade, nas palavras do autor José Guimarães Mello “..., pois legalmente o escravo era uma espécie de gado humano e, geralmente recebia a marca do seu dono.” (Mello,2003, p.32)<sup>15</sup>. A prática de marcar o escravo com o ferro existe desde os tempos antigos.

O escravizado não tinha poder sobre o seu corpo, dado que mesmo que ele se tornasse um cidadão livre, a marca de quem havia sido seu dono estaria para sempre no seu corpo, além disso para a sociedade africana antiga o escravo era um objeto, visto que ele não era reconhecido como um cidadão livre.

Mesmo tendo sua liberdade reconhecida tanto pelo Código de Hamurabi como pelas leis hebreias, como diz Mello: “Quer se trate de cativos de guerra quer de escravos estrangeiros, há toda uma legislação que regulamentava a escravidão.” (Mello,2003, p.45).<sup>16</sup>

A riqueza e o poderio de um senhor de escravizados eram medidos pela quantidade de escravizados que ele possuía, porém havia toda uma legislação que regulamentava a escravização, como se o escravizado existisse para a Lei, mas perante a sociedade ele não é reconhecido como um cidadão.

Na antiguidade se justificava a escravização através da economia, visto que a compra e venda de escravizados era uma fonte renda para os reinos. Mais uma vez, o escravizado é tratado como uma moeda e não como um ser humano.

O povo babilônico foi o fomentador da escravização, pois se tornou o centro de compra e venda de escravizados que geralmente eram traficados de diferentes nações. O tráfico de escravizados é algo existente desde a antiguidade no continente africano, entretanto, o tráfico aqui ocorria entre estrangeiros, principalmente.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> Negros e Escravos na Antiguidade. José Guimarães Mello. 2003.

<sup>15</sup> Negros e Escravos na Antiguidade. José Guimarães Mello. 2003.p.32.

<sup>16</sup> Negros e Escravos na Antiguidade. José Guimarães Mello. 2003.p.45.

<sup>17</sup> Negros e Escravos na Antiguidade. José Guimarães Mello. 2003.

A escravidão é algo escrito na bíblia, dando, portanto, ao escravizado a falsa sensação de que ele seria salvo se fosse escravizado<sup>18</sup>. A escravização era prevista na legislação bíblica, todavia os hebreus não escravizavam aqueles que fossem da sua própria raça, porém eles podiam escravizar outras raças.

No Egito Antigo os sacerdotes não podiam ser escravizados por Lei, na sociedade egípcia os escravizados eram adquiridos por meio do tráfico, que era praticado pelos fenícios a muito tempo. A escravidão como instituição existe há muito no tempo no mundo,

“Como podemos ver, a instituição da escravatura não era coisa recente nem localizada, já se impunha por toda parte. Pela diversidade da procedência dos escravos mencionados, o tráfico já dominava o mundo, então mencionado.” (Mello,2003, p.81).<sup>19</sup>

Assim, a alforria chega tardivamente no Egito, além disso os escravizados eram torturados com castigos desumanos na sociedade egípcia, existia uma diferença entre o chamado escravo público e o escravo privado, essa diferença se dava no fato de que o escravizado privado era protegido por lei e o escravo público não era protegido nem juridicamente e nem socialmente.<sup>20</sup>

Observamos aqui, que a escravidão nas sociedades africanas era protegida por lei, entretanto, a mesma Lei que protegiam o escravizado era a mesma que o escravizava, nas palavras de Mello “Aos vencidos e poupadados da morte não restava senão a escravidão, ou, talvez, a esperança de um dia dela se livrar.” (Mello,2003, p.82).<sup>21</sup>

A escravidão existe também na democracia ateniense, posto que, para o filosofo Platão não poderia existir uma sociedade sem escravidão, ele enxerga o escravizado como um ser humano, mesmo assim defende um sistema escravocrata. No qual, a escravidão continua existindo como instituição e o escravizado continua sendo negado como cidadão para a sociedades antigas e para a história.

Para as sociedades africanas antigas o escravizado era visto como mercadoria, a Núbia, cidade do Egito, se transformou em uma revendedora e procuradora de escravizados. Os

---

<sup>18</sup>Efésios 6:5-8- “Vós, servos, obedecei a vossos senhores segundo a carne, com temor e tremor, na sinceridade do vosso coração, como a Cristo; não servindo só à vista, como para agradar aos homens, mas como servos de Cristo, fazendo de coração a vontade de Deus; servindo de boa vontade como ao Senhor e não como aos homens, sabendo que cada um, se fizer alguma coisa boa, isso receberá do Senhor, seja servo, seja livre.”

<sup>19</sup>*Negros e Escravos na Antiguidade*. José Guimarães Mello. 2003.p.81.

<sup>20</sup>*Negros e Escravos na Antiguidade*. José Guimarães Mello. 2003.

<sup>21</sup>*Negros e Escravos na Antiguidade*. José Guimarães Mello. 2003.p.82.

escravizados quando fugiam eram capturados, na época se escravizavam os indigentes, que perante a sociedade que não existia.

O escravo era um “morto-vivo” para o corpo social nas palavras do autor Alberto Costa e Silva em seu livro *A Manilha e o Libambo*:

“A penúria absoluta excluía o indivíduo da comunidade, exilava-o internamente, fazia dele um desonrado, um “morto-vivo”, que tinha de ser apropriado por uma outra pessoa e, de certa forma, domesticado.” (Silva,2002, p.20)<sup>22</sup>.

Os faraós durante um longo período de tempo dividiam a sociedade em Deuses, o Clero, a Nobreza e os mortos-vivos, nome dado aos escravizados.

O escravo não tinha autonomia sobre sua identidade, visto que a regra mais antiga do escravismo era que eles não eram donos de seus corpos, dado que carregavam neles a marca da escravatura. Qual era então o lugar do escravizado na sociedade africana?

O indivíduo que era escravizado não tinha autonomia sobre a própria identidade, uma vez que alguns escravizados eram itens de escambo na Europa Neolítica, o escravizado aqui era para o corpo social visto como uma moeda de troca. Em alguns lugares, o escravo era tratado como um animal, como um bicho que seu dono de certa maneira domesticava para seu uso próprio.

Os chamados mortos-vivos não eram escravizados do faraó, posto que eles para estarem a serviço de um membro da Realeza eram escolhidos a dedo. Engana-se quem acha a escravização africana e a escravização colonial são iguais, pois no continente africanos a forma de escravidão mudava de região para região, nas palavras de Silva: “Variava, por exemplo, de região para região, de cultura para cultura e de grupo para grupo, o número de pessoas habitualmente aprisionadas e postas a trabalhar à força pelos captores.” (Silva,2002, p.62)<sup>23</sup>.

Observamos que, ao longo da historiografia houve uma generalização de escravidão, na qual se colocaram a escravização colonial como forma genérica da escravatura para toda a historiografia. Não se sabe ao certo, quando a instituição do escravismo surgiu nas sociedades, talvez ela tenha surgido nos Reinos africanos, no entanto, ela passou por várias transformações ao longo da história.

---

<sup>22</sup> *A Manilha e o Libambo*. Alberto Costa e Silva. 2014.p.20.

<sup>23</sup> *A Manilha e o Libambo*. Alberto Costa e Silva. 2014.p.62.

A instituição da escravatura aos longos séculos não legitimava o escravizado como cidadão, contudo isso é uma das ligações entre as duas escravizações na historiografia. Então, qual o papel desse cidadão para o corpo social que negue a ele sua própria cidadania?

As sociedades escravocratas tratavam o escravizado como um animal, pois para os chamados “donos de escravos” suas propriedades precisavam ser domesticadas. Para o filósofo ocidental Aristóteles em sua obra *Política*, a escravidão é natural, portanto, para ele o escravo é escravo por natureza, já que ele era subordinado ao seu dono. Para Aristóteles, o escravizado não alcançaria a liberdade, dado que não tinha nascido para ser livre.

O filósofo trata o escravizado como um animal como alguém que morreria sendo excluído da sociedade, uma vez que a cidadania que eles tanto almejavam não seria concedida. Assim, os escravizados morreriam como escravizados, porque nasceram para serem escravizados. Sendo dessa maneira, excluídos da sociedade de forma política, nas palavras de Silva: “Vendido como escravo, era exilado para sempre. A escravização funcionava, assim, como desterro político.” (Silva,2002, p.89)<sup>24</sup>.

A legitimação da escravização ocorre na forma de instituição política, posto que aqueles que não possuem cidadania não faziam parte da sociedade. Sendo, portanto, tratados como indigentes como indivíduos que perante o Estado não existiam, visto que o escravizado só existia para o Estado enquanto o seu bem mais valioso.

Como se o escravizado estivesse morto socialmente e só tivesse como finalidade a escravidão, não podendo escapar dela, porque na visão de Aristóteles a única função do escravizados é ser subordinado e obediente ao seu dono. A identidade do escravizado como individuo é negado a ele, posto que ele seria o bem do seu dono.

Houve uma época em que, o poderio de um Reino era medido pela quantidade de escravizados que possua, desse modo o escravizado além de ser propriedade do seu dono se tornava o bem mais valioso dele. Para a escravidão africana a compra e venda de escravizados girou por muito tempo a economia da época. Se o escravizado era quem de uma certa maneira sustentava a economia dos Reinos, as sociedades não existiram sem eles. Em suma, os verdadeiros donos eram os escravizados.

---

<sup>24</sup> *A Manilha e o Libambo*. Alberto Costa e Silva. 2014.p.89.

A escravização para a sociedade africana é legitimada pelas leis africanas, pois para as sociedades africanas antigas o escravismo era tratado como uma propriedade privada, já que o escravizado para o corpo social era tratado como um objeto que não tinha identidade. Visto que, sua história até naquele momento era contada pela perspectiva dos chamados donos de escravizados.

Os escravizados raramente eram reconhecidos como um ser humano, na maioria das vezes ele era visto como um bem móvel, do qual aquele denominado como o seu dono podiam vender ou comprar esse cidadão que para o social era tratado como um indigente, como alguém que só restava o lugar de escravizado, o lugar do silêncio.

O autor Paul E. Lovejoy em seu livro *A Escravidão na África: Uma história de suas transformações* escreve que: “A escravidão quase sempre tinha início por de violência, que reduzia a posição de uma pessoa de uma condição de liberdade para uma condição de escravo.” (Lovejoy,2002, p.32)<sup>25</sup>. Diferentemente do pensamento de Aristóteles o escravizado é cidadão que nasceu livre, mas que por circunstâncias da época foi reduzido a condição do escravo.

Visto que, a mesma sociedade que legitima a liberdade é a mesma sociedade que concebe a liberdade ao escravo, mas não o reconhece como um homem livre. Uma vez que, para a historiografia o escravizado é só mais um personagem dessa história e não o verdadeiro protagonista.

O escravismo durante muito tempo foi a principal fonte de economia de algumas sociedades africanas, nas palavras de Lovejoy: “A transformação da escravidão de característica marginal da sociedade para uma instituição fundamental produtiva resultou na consolidação de um modo de produção baseado na escravidão.” (Lovejoy,2005, p.40)<sup>26</sup>.

Existia uma época em que a escravidão era marginalizada para a historiografia, como se o escravizado fosse marginalizado pela sociedade, posto que para as sociedades africanas o modo de produção escravista era um pilar importante para a economia.

O escravizado era tratado simplesmente como uma moeda, um objeto, como uma propriedade que é marginalizada pelo corpo social que não enxerga o escravizado como um cidadão como alguém pertencente a história da África. O silêncio ainda existente nessa narrativa

---

<sup>25</sup> *A Escravidão na África: Uma história de suas transformações*. Paul E. Lovejoy. 2002.p.36.

<sup>26</sup> *A Escravidão na África: Uma história de suas transformações*. Paul E. Lovejoy. 2002.p.40.

faz com os esses seres humanos continuem silenciados para a historiografia, portanto, ainda se negam a eles o direito da cidadania.

De uma certa maneira, ao longo da historiografia é negado a África o seu protagonismo, já que muitas pessoas acreditam que o continente não contribuiu para a economia do Atlântico, quando na verdade o tráfico de escravizados teve um papel importante para a economia do território africano.

Devemos lembrar que, para a escravização africana não existia a denominação de raça, ou seja, qualquer individuo nascido naquela sociedade podia ser escravizado. As mulheres eram mais escravizadas do que homens, porém existiam homens escravizados também. Diferentemente da escravidão colonial, na africana existiam leis que asseguravam a escravidão.

Todavia, o escravo perante a lei era uma propriedade e não um ser humano que existia naquela sociedade enquanto cidadão. O escravizado era visto como uma propriedade que podia ser trocada, vendida, comprada, como uma propriedade valiosa para o seu dono, quase como se existisse um estatuto do escravo. Nesse ele é mais do que um objeto, ele é uma propriedade.

## **1.2 O escravizado enquanto propriedade**

Para o Estado o escravizado era visto como uma propriedade privada, a sociedade reafirma o seu domínio sob os escravizados reduzido eles a propriedade, a posse. A escravização é marcada por feridas, como a maneira que os cidadãos que eram escravizados eram tratados, com castigos desumanos e muitas vezes crueis.

Na antiguidade, os escravizados já eram marcados por ferro, e já tinham de uma certa maneira a sua identidade revogada, dado que eles só eram reconhecidos como alguém que era subordinado ao seu dono. O filósofo contemporâneo Achille Mbembe escreve sobre a condição dos "sem parentes" no seu livro *Critica da Razão Negra*. Essa condição era imposta pela força e pela lei, porque para o estado o escravo é uma propriedade.

Seria como o escravizado estivesse sem parentes, alguém que zelasse por ele e o fizesse revogar sua condição. Observamos um diálogo entre Mbembe e Costa, posto que enquanto Costa fala sobre o fato de os escravizados serem indigentes, Mbembe fala sobre eles serem sem parentes.

As duas condições propostas pelos autores trazem a maneira como o escravo era visto naquela sociedade, como alguém que não tinha identidade por isso era um indigente e como

alguém que não tinha família, sendo essa considerada uma instituição para o social. Ou seja, a única instituição que o escravizado era pertencente era da escravização, só que nessa ele era somente uma propriedade.

O papel do escravizado para a historiografia era ser uma propriedade, que era dominado pelo seu dono, que comprava a posse daquele indivíduo e o direito do escravo de existir na sociedade. Ser cidadão era uma forma de pertencer ao estado, visto que a cidadania garantia ao cidadão o direito à liberdade, a educação e além de assegurar todos os direitos daquele indivíduo que eram naturais a eles.

Assim, o escravizado não pertencia dessa maneira a nenhum lugar na sociedade, dado que o lugar social dele em alguns reinos eram ser mortos-vivos, mais do que isso era nascer para ser escravizado como diz Aristóteles, um cidadão que não tinha direito à liberdade, mas tinha direito a ser escravizado e a ser silenciado da história.

A invisibilidade do escravizado tanto para a sociedade africana como para a historiografia é também como um silêncio, como se abafar essa voz fosse uma tentativa de continuar fazendo com que o escravo seja visto como uma propriedade, uma vez que uma propriedade não fala e não tem direitos a nada, pois os seus direitos são válidos por quem é o dono de sua posse.

Será que agora não é o momento de dar visibilidade para os escravizados, mais do que isso de devolver a eles a cidadania que durante muitos séculos foi negada?

A história da escravização é uma narrativa que perdura por muitos séculos, no entanto não podemos afirmar exatamente em que momento esse modo de produção escravista surgiu e nem quais eram os motivos que levam uma pessoa a escravidão, pois esse pode ser vários desde nascimento até ser a única alternativa para viver.

Só que um escravo não é escravo por natureza, a frase certa não seria: propriedade é propriedade por natureza. Visto que, o escravizado para lei era uma propriedade e para o estado também. Posto que, quais eram os direitos do escravo senão o direito de uma propriedade. Era como se existisse um estatuto dos escravizados<sup>27</sup>, só que na verdade seria o estatuto da propriedade.

Vamos entender então como funcionava esse estatuto, o escravizado tinha sua posse comprada por um dono que poderia ser um membro da realeza ou alguém com uma posição

---

<sup>27</sup>*Critica da Razão Negra*. Achille Mbembe. 2020.p.46.

social favorável, porque possuir escravizados era uma forma de ascensão social. Portanto, quanto mais escravizados um indivíduo possuísse mais status ele tinha para o corpo social.<sup>28</sup>

O escravizado era uma forma de se ascender socialmente, igualmente como uma propriedade que fazia um indivíduo ter status social pelo tamanho do domínio que ele possuía. Observamos aqui, o escravo sendo mais do que um objeto ele era um meio de subir na sociedade.

Segundo ponto desse estatuto seria o escravizado como um objeto, que podia ser comprado e vendido, um objeto que podia ser usado como uma marionete na mão de quem se autodenominava como o seu dono, por simplesmente ter comprado ou adquirido posse daquele escravo. Percebemos assim, o que denominava quem seria o dono e quem seria o escravizado era a posição social daquele indivíduo.

Outro ponto desse estatuto é o escravizado como moeda de troca entre os reinos africanos, já que em um determinado momento os impérios utilizaram os escravizados como um escambo, como alguém que podia ser trocado como se fosse justamente um objeto. A moeda do império naquela época eram os escravizados. Assim, eles se tornaram a moeda mais valiosa da sociedade.

Sendo assim, o escravizado fazia de uma certa maneira a economia girar e controlava o mercado econômico, uma vez que eles eram uma moeda que mediam o poderio de um império, ou seja, quanto mais moedas uma terra tinha mais rica ela era.

Foram apresentados até aqui três pontos desse estatuto, o escravizado em nenhum momento é visto como um ser humano ou como um cidadão, e nem tem os seus direitos validos como alguém que é pertencente a essa sociedade.

Ao longo da historiografia, foi colocado uma raça para segurar todo o peso da escravidão, deram uma cara para esse estatuto, só que o que se é esquecido é que o estatuto da propriedade não tem cara e nem raça, visto que todas as pessoas que não pertenciam a realeza africana estavam sujeitas a serem escravizadas.

Ademais, a escravização não tinha uma raça pré-determinada, no entanto a sociedade insiste em colocar todo o peso da escravidão na raça negra, como se eles carregassem em seus ombros as marcas de um passado escravocrata e como se eles fossem culpados pela escravidão.

---

<sup>28</sup> *A Manilha e o Libambo. Alberto Costa e Silva.2002. p.78.*

Podemos afirmar, que a raça negra não tem culpa da escravização e nem merecem carregar o peso de um genocídio da humanidade. Até porque, no continente africano todas as raças eram escravizadas e provavelmente na colonização outras raças também foram escravizadas.

O filosofo francês Frantz Fanon escreveu em seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* que:

“Antes de terminar a crítica daquele cujo senhor branco está “como morto” e que se faz escoltar por mortos, nuns livros em que se sucedem coisas lamentavelmente mortas, gostaríamos de pedir à África que nos delegasse um mensageiro.”  
(Fanon,2008, p.61)<sup>29</sup>.

Fazemos um paralelo com os mortos-vivos mencionados por Alberto Costa e Silva, o senhor branco mencionando por Fanon escoltavam os mortos que foram deixados na África.

Quantos escravizados não morreram e foram enterrados como indigentes, ou quantos continuam sendo silenciados da historiografia, pois o coletivo ainda insiste em contar essa narrativa sob a perspectiva do outro. Se pedem ao continente africano para delegar um mensageiro não estariam esses sendo escravizados da própria história que a Europa sempre contou?

Em outro momento do livro Fanon escreve que:

“Qualquer que seja o domínio considerado, uma coisa nos impressionou: o preto, escravo da sua inferioridade, o branco, escravo da sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica.” (Fanon,2008, p.66)<sup>30</sup>.

A história da escravização sempre é contada como se existisse dois polos, um foi dominado que seria a raça preta e outro foi o dominante que seria a raça branca.

O senso comum se esquece que África tem uma historiografia que antecede toda a colonização, mais do que isso a história de uma Realeza que também possuía escravizados. Mas, que escreveu uma narrativa em suas terras que foi silenciada por pessoas que temiam a força que a Realeza Africana tem.

A sociedade está constantemente buscando uma voz africana que precisa ser escutada, mas se dissermos que as vozes africanas sempre falaram só que o corpo social as silenciava, porque

---

<sup>29</sup> *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Frantz Fanon.2008. p.61.

<sup>30</sup> *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Frantz Fanon.2008. p.66.

era mais fácil continuar a história de que o continente africano foi colonizado e que nada havia nas suas terras antes do homem branco salvador chegar.

Isso é feito com os escravizados também, a narrativa do escravizado é sempre contada sob perspectiva de que os escravizou e não de quem suportou as marcas da escravatura na pele. O passado escravista, ainda dói em muitos momentos, mas contar a história dos escravizados é de alguma maneira devolver a eles a cidadania.

O sonho supremo da maioria dos escravizados na sociedade antiga era ter a cidadania e ser reconhecido como cidadão livre, no entanto eles não tinham sua liberdade reconhecida posto que esse indivíduo não tinha nascido para ser livre, então estaria condenado a viver na instituição da escravidão como escravizado.

A definição de escravatura de Aristóteles no livro *Política* condena de uma certa maneira o escravizado a ser escravo a vida inteira, como se o destino deles já tivesse escrito pelas mãos de seus donos, dado que para a lei existente na época o escravo é uma propriedade que precisa ser moldado de acordo com seu dono.

Assim, o estatuto do escravizado tem muitas páginas e muitas perguntas relacionadas a eles, tentaremos destrinchar mais esse estatuto no próximo capítulo. Tentando entender também, porque a sociedade colocou sob os ombros da raça negra o peso de toda a escravatura, como se as marcas que eram marcadas nas peles dos escravizados com ferro tivessem marcadas na pele negra. Deste modo, ainda trabalharemos com a definição de Aristóteles tentando compreender quem é o outro que tentam colocar na narrativa do escravizado principalmente.

A definição de escravatura pelo filósofo entra na concepção de que o escravo é escravo por natureza, mas quem é esse escravizado e quais são as páginas marcadas de suor e sangue que escrevem o estatuto do escravizado?

Entendemos, portanto, que, a legitimação da escravização africana enquanto instituição também ocorreu na historiografia africana, e que o escravizado como cidadão era excluído dessa sociedade, pois para eles só existia a propriedade e não a pessoa que foi escravizada.

## **Capítulo 2- Quem é esse cidadão escravizado constantemente negando pela sociedade?**

Os estoicos condenam a escravização por natureza, alegando que a escravidão seria a ausência da liberdade, no entanto segundo essa premissa podemos separar a liberdade da escravidão<sup>31</sup>, pois uma seria a ausência da outra. Assim, liberdade e escravização não poderiam coexistir juntas em uma mesma sociedade, visto que o lugar do escravizado nesse social seria de cidadão escravizado.

No entanto, para a instituição escravagista o escravizado não existe como um cidadão, ele é como alguém que nasceu para ser escravo. Entretanto, o mesmo corpo social que considera a liberdade como um direito natural do ser humano, é a mesma que legitima a escravidão como uma condição do ser humano.

Posto que, para aquela comunidade o escravo não é considerado um cidadão, ele é legitimado como uma propriedade que tem um regulamento que o protege enquanto um objeto, uma moeda, uma propriedade.

O lugar do escravizado na sociedade não existia, já que este era uma propriedade, um objeto, uma moeda, para aqueles que se autodenominavam como seus donos. A filósofa Sueli Carneiro em sua tese de doutorado *A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER* escreve que:

“Falarei do lugar da escrava. Do lugar dos excluídos da res(pública). Daqueles que na condição de não-cidadãos estavam destituídos do direito a educação e, em sendo está, segundo Adorno, a possibilidade de ‘produção de uma consciência verdadeira’, falo também como alguém portador de uma ‘consciência infeliz’ ou de uma falsa consciência.” (Carneiro,2005, p.20)<sup>32</sup>.

Os escravizados não eram somente excluídos da res(pública), mas também eram excluídos do estado, no entanto nos Reinos Africanos os escravizados tinham um regulamento que os protegiam.

Porém, este os reconhecia como uma propriedade e não como um cidadão pertencente aquele império, assim os escravizados não eram dignos de consciência para o corpo social. Tendo em vista que, para o filósofo alemão Friedrich Hegel a escravização estaria ligada a consciência verdadeira.

---

<sup>31</sup> *O papel do Escravo em Aristóteles e Hegel*. Eurico Jorge Nicuia. 2009.p.10.

<sup>32</sup> *A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Sueli Carneiro. 2005.p.20.

Desse modo, se o escravizado não é um cidadão então ele é portador de uma falsa consciência, pois eles ficariam lutando pelo seu lugar no corpo social, visto que aquele que se autodenominava como seu dono tinha poder sobre a vida do escravizado. Posto que, o dono que domina o escravo tem o poder de matá-lo, em consequência disso o senhor também tem o poder sobre a consciência do escravizado.

A consciência do escravizado ao longo da historiografia está vinculado ao seu senhor, como se ele não fosse portador de uma consciência própria, já que a identidade do escravo é vinculada constantemente a imagem do seu senhor. Existiram outros filósofos ao longo da história que também eram a favor da escravização.

Outros filósofos como Sêneca, Tomás de Aquino defendem a escravidão como um modo no qual o homem precisa ser governado por um homem mais sábio<sup>33</sup>. Desse modo, para a filosofia a escravização deve existir na maneira de um homem ser dono do outro, assim a história daquele que é escravizado não é contada.

Pois, para a filosofia ocidental o papel do escravizado é ser subordinado ao seu dono, não tendo, portanto, poder de escolha sobre si próprio porque ele só existe para o estado como um objeto.

## 2.1 O silenciamento da Cidadania do escravizado

O filósofo alemão Friedrich Hegel escreve em sua obra *Fenomenologia do Espírito* sobre a dialética do senhor e escravo, da qual uma consciência vence a outra se tornando o senhor e outra iria ceder e como forma de preservar a vida se torna escravizado. Dessa maneira, o escravo não seria dotado de uma falsa consciência, ele seria dotado de consciência verdadeira, na qual ele renuncia à sua vida para ser dominado por outro.

No entanto, nenhuma das definições de escravização até aqui apresentadas colocam uma raça para o estatuto dos escravizados, os filósofos como Aristóteles e Hegel definam a escravização de forma genérica, não pré-determinando uma raça para ser o rosto de todo o sistema escravista. Assim, a raça seria como uma estrutura imaginária.

Para Mbembe em sua *Crítica da Razão Negra*, a raça seria um lugar de realidade e de aparências, ao mesmo tempo que é um lugar de ruptura, já que essa determinação faz com que

---

<sup>33</sup> *O papel do Escravo em Aristóteles e Hegel*. Eurico Jorge Nicuia. 2009.p.10.

o branco como diz psiquiatra francês Frantz Fanon embranquece sua raça, como uma forma de assegurar e de reafirmar a superioridade da raça branca sob a raça preta.

Dessa maneira, a invocação da raça na história da escravização nasce como um sentimento de perda, de apagamento, pois quando pré-determinamos uma raça para carregar todo o estigma da escravização acabamos gerando alguns dispositivos de Racialidade, que seria como um dispositivo de segurança. A filosofa brasileira Sueli Carneiro em sua tese, disserta sobre os dispositivos de racialidade.

Carneiro em sua tese nos diz que, “Em segundo lugar ele ressalta ser a escravidão concebida também na tradição filosófica como parte integrante de um modelo de hierarquia social.” (Carneiro,2005, p.26)<sup>34</sup>. Na filosofia ocidental que vimos até aqui, percebemos que os filósofos antigos como Aristóteles e Hegel, colocam os escravizados na base da hierarquia social como se eles sustentavam toda a sociedade.

Visto que, no topo do corpo social estariam os governantes dos Reinos Africanos, seguindo das pessoas que tinham uma posição social favorável.

Dessa forma, os escravizados às vezes eram considerados a base da hierarquia e às vezes eram somente uma propriedade para a sociedade. Portanto, fica evidente o quanto na filosofia o escravo é colocado no lugar de inferioridade, assim o estatuto do escravizado segue com as suas páginas sendo escritas por cidadãos que não possuem uma consciência verdadeira para Adorno, mas para Hegel possuíam uma consciência enquanto escravizados.

Se os escravizados possuíam consciência para Hegel, qual seria a consciência verdadeira de um sujeito que para o social era um objeto e uma propriedade?

O poder que um senhor de escravizados exercia sobre os seus escravizados, era um poder dominante, no qual somente a vida do senhor era legitimada. Logo, Carneiro nos escreve que: “Ao invés de “desalojarem discursos”, os intelectuais negros legitimam o saber branco sobre o negro, as relações raciais etc. São utilizados, portanto, para confirmar “poderes dominantes”.” (Carneiro,2005, p.121)<sup>35</sup>.

Para Hegel em sua obra *Fenomenologia do Espírito*, o senhor domina e o escravizado trabalha para ele, ou seja, o escravizado trabalha e transforma a realidade com as suas mãos, ao

---

<sup>34</sup> A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Sueli Carneiro. 2005.p.26.

<sup>35</sup> A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Sueli Carneiro. 2005.p.121.

trabalhar ele molda o mundo e a si mesmo, pois com seu trabalho ele se forma como sujeito e assim supera o seu senhor. Porém, o escravizado não vai se tornar senhor do senhor dele, apesar de esse ser um dos principais medos dos senhores.

A dialética do senhor e do escravo apresenta uma contradição, porque nela o escravizado não é um sujeito, ele irá se tornar um sujeito quando superar o seu senhor, portanto, podemos interpretar que dentro dessa dialética o escravizado não vai existir para o social enquanto ele não vencer o seu senhor. Desse modo, como um cidadão que só vai adquirir consciência quando dominar o seu senhor, é reconhecido como sujeito nessa dialética?

Entretanto, podemos afirmar que diferentemente de Aristóteles que considera a escravização como algo natural, Hegel interpreta a escravidão como algo de consciência, na qual quem determina quem será dono e quem será escravo seria uma luta de consciências.

Para o filosofo alemão o escravizado não haveria de ser um sujeito, mais do que isso não seria um cidadão, porque para ele o escravo é inferior ao seu dono dado que, o dominado não atingiria pelo raciocínio de Hegel a consciência verdadeira para conseguir vencer o seu dominante e assim se tornar um senhor.

Podemos dizer que na história na escravização, tem um estatuto que podemos denominar como estatuto de inferioridade, que diferentemente do estatuto do escravizado, esse coloca o escravizado como inferior ao ser humano.

Fanon escreve em seu livro *Peleas negras, Máscaras Brancas* que: “A inferiorização é correlato nativo da superiorizarão europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado.” (Fanon,2008, p.90)<sup>36</sup>. Desse modo, podemos afirmar que a colonização europeia criou o estatuto de inferioridade, pois na escravização africana o escravizado apesar de ser visto como uma propriedade, ele não era inferior ao seu senhor.

Nas definições filosóficas apresentadas aqui, nos mostram que o escravizado era visto como inferior não somente ao seu dono, mas também perante a sociedade. Abordar o estatuto do escravizado como estatuto de inferioridade, é uma visão racista para com o escravizado, visto que o racista é quem cria essa falsa de imagem que o de que os escravizados são inferiores.

Portanto, como diz Sueli Carneiro em seu texto “Sujeitos com sentimento de superioridade e inferioridade. Sujeitos soberanos e sujeitos dominados. Almas de senhor e almas de escravos.”

---

<sup>36</sup> *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Frantz Fanon. 2008.p.90.

(Carneiro,2005, p.115-116)<sup>37</sup>. A alma dos escravizados ainda está escrita nas páginas do estatuto e nas páginas da historiografia, não achem que os cidadãos que foram escravizados aceitaram sua condição calados sem se revoltarem com a sua condição. Os escravizados lutaram por eles e por todos aqueles que foram submetidos a escravização ao longo dos séculos.

Não obstante disso, as páginas do estatuto do escravizado tiveram suas páginas escritas em cima de um genocídio da humanidade, posto que a escravização deixou marcas irreparáveis em toda historiografia. Entretanto, os escravizados não aceitaram sua condição em silêncio, eles lutaram como puderam, e com as armas que tinham.

Sendo assim, algumas revoltadas são mais famosas que outras, no entanto aqui traremos duas revoltas escravistas, a primeira a ser apresenta será as revoltas do Império de Oyo e a segunda revolta será a de Demerara que aconteceu na época da colonização britânica.

Apesar de, a escravização colonial não ser o foco dessa monografia, precisamos entender aqui, que os escravizados lutaram pela sua liberdade e para que o estatuto do escravizado tivessem que em suas páginas a consciência daqueles que foram sequestrados e submetidos a condição escravista.

## **2.2 O cidadão escravizado e sua luta contra o sistema escravista**

Ao longo da historiografia existiu inúmeras revoltas escravistas que deixaram suas marcas na história. Veremos, dessa forma as folhas do estatuto do escravizado passam apresentar o cidadão que se levantou e lutou, tendo assim a consciência verdadeira, não porque ele venceu o seu senhor.

Mas, porque eles fizeram suas vozes serem ouvidas e lutaram contra o sistema escravista que insistia em colocar os escravizados como inferiores, desse modo podemos dizer que o escravizado é um sujeito, não porque ele travou uma luta com o seu senhor, mas por ter consciência de que eles venceriam os seus senhores, sem que para isso precisa-se travar uma guerra de consciência com os seus “donos”.

O Império de Oyo<sup>38</sup>, é um Reino Africano localizado no atual sudoeste da Nigéria, o reino desempenhou um papel central no comércio de escravizados no Golfo de Benim. As rebeliões

---

<sup>37</sup> *A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser.* Sueli Carneiro. 2005.p.115-116.

<sup>38</sup> *Mapping Uncertainty: The Collapse of Oyo and the Trans-Atlantic Slave Trade, 1816–1836.* Henry B. Lovejoy. 2019.

de escravizados dentro do império aconteceram quando eles escapavam das fazendas e formavam comunidades autônomas nas florestas e nas áreas montanhosas, geralmente as fugas de escravizados no Império ocorria de forma coletiva.

Dessa forma, na escravização pré-colonial existiram revoltas, entretanto as fontes sobre revoltas escravistas no continente africano apresentam uma bibliografia difícil de ser encontrada, a maioria do material encontrado sobre as rebeliões escravistas são do período colonial.

A segunda revolta que veremos aqui será a Revolta de Demerara<sup>39</sup>, que aconteceu 1823 na região do Caribe, foi uma rebelião com cerca de 10 mil a 12 mil escravizados, a revolta teve 200 mil mortos com uma repressão violenta. Nessa revolta alguns escravizados haviam aprendido a ler Bíblia e por consequência também liam as folhas que vinham da metrópole, existiam alguns boatos que a Inglaterra iria abolir a escravização.

Entretanto, ocorreu uma ordem do governo federal que exigia dos escravizados passes escritos pelos seus senhores e administradores de fazenda, que permitiam que os escravizados frequentassem os cultos religiosos nas Igrejas. A rebelião em si, foi um desastre para os escravizados, porque os senhores de escravos sabiam ser violentos.

Assim, houve um julgamento sobre revolta no qual foram condenados 33 negros com a sentença de pena de morte, e suas cabeças foram espetadas sobre estacas ao longo das estradas das fazendas.

As revoltas eram duramente reprimidas para que outros escravizados vissem aos seus olhos o que iriam acontecer com quem tentasse se revoltar contra o sistema escravista, dessa forma os escravizados não tinham outra opção, visto que se falasse ou tentasse lutar seriam duramente reprimidos.

Dessa maneira, a maioria das revoltas escravistas foram durante reprimidas pelos senhores de escravos e pelo governo da época, a maioria dos senhores tinham medo de que os seus escravizados tomassem o poder, como aconteceu no Haiti na Revolução Haitiana, em 1792.

---

<sup>39</sup> Costa, Emilia Viotti da. *Coroas de glórias, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. João José Reis. 1998.

Ao reprimir as revoltas, observamos uma tentativa de silenciar os escravizados e de não deixaram eles lutarem pelos seus direitos, como o direito à liberdade e o direito de reivindicaram a maneira como o cidadão escravizado era tratado em ambas as escravizações.

Logo, o escravizado era um sujeito dotado de consciência e não precisava travar uma luta com o seu senhor para provar o seu valor e nem para provar que eles eram dotados de consciência, como diz Hegel na dialética do senhor e do escravo. Lembramos, portanto que o objetivo dessa monografia não é as revoltas escravistas, por isso aqui só apresentamos somente duas, uma revolta africana e outra caribenha.

O poeta Aimé Césaire escreve em seu livro *Discurso sobre o Colonialismo* que “Os colonizados agora sabem que têm uma vantagem sobre os colonialistas. Sabem que seus “senhores” provisórios estão mentindo.” (Césaire, 1955, p.10)<sup>40</sup>. A partir do momento que, os escravizados percebem que eles podem se levantar e lutarem pelos seus direitos, isso de uma certa maneira traz para o estatuto do escravizado um novo capítulo no qual os escravizados decidem contar sua própria verdade, pois como diz Césaire eles sabem que seus senhores provisórios estão mentidos.

Para abordarmos essa verdade proposta pelo poeta precisamos entender quem é esse outro que é constante colocado na historiografia, principalmente na escravização, uma vez que deram uma cara para esse estatuto. Entretanto, o escravizado não possuía uma raça pré-determinada, desse modo questiona-se por que quando falamos sobre história da escravidão, é colocado no escravizado um estereótipo.

A escravização se tornou ao longo dos séculos algo que valida o escravizado como sujeito de uma sociedade, assim além de ser uma propriedade, um objeto, o escravo se torna um cidadão do qual sua existência se liga diretamente a escravidão. Observamos assim que, a definição de Aristóteles que é escravo é escravizada por natureza se torna uma verdade, verdade essa que o escravizado não pode refutar, posto que para o social ele tinha como única função ser escravizado que não falava.

A filosofa Sueli Carneiro em sua tese nos diz que:

“A escravidão corrompeu o valor do trabalho: compulsório para o escravo, não haveria como ser considerado de forma positiva sendo liberado para o senhor branco, fê-lo viciado no ócio pela existência do escravo. Estigmatizado em todos os casos,

---

<sup>40</sup> *Discurso sobre o colonialismo*. Aimé Césaire. 1995. p.10.

quando manual, pela tradição igualmente estigmatizadora da escravidão.” (Carneiro,2005, p.5)<sup>41</sup>.

À vista disso, a escravização extinguiu o valor do trabalho, pois o escravizado nesse cenário se torna vítima de um sistema, em que a preocupação era de realizar um trabalho compulsório, do qual quem não o fizesse era punido com castigos desumanos.

Portanto, a verdade do escravizado está mascarada nas entrelinhas não somente do estatuto, mas também na história da escravização quantas vezes os escravizados se levantaram e lutaram mostrando para seus senhores que eles não eram propriedades. Os escravizados são cidadãos, que foram escravizados em um sistema que os enxergavam como uma propriedade, como algo que era facilmente comprado e vendido.

Voltemos a Hegel, que nos diz que a função do escravizado é trabalhar porque ele é dependente do seu senhor, já que não existe escravo sem seu senhor e nem senhor sem escravizado. Desse modo, precisamos entender que estamos falando sobre um trabalho que era compulsório e muitas vezes forçado. Visto que, o escravizado não tinha escolha como o modo de trabalhar, não existiam leis que regulamentavam o trabalho escravo.

Dessa maneira, ocorre o que Carneiro chama de sequestro da razão, visto que é sequestrado dos escravizados os direitos deles, dado que a única escolha deles era fazer cumprir com a sua função, nas palavras da filosofa “É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro Ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta.” (Carneiro,2005, p.97)<sup>42</sup>. O outro tem sua razão negada por uma sociedade que insiste em colocar nele no papel de propriedade, negando assim a humanidade do outro.

Sabemos que, os senhores de escravo tinham medo do escravizado de tomar o lugar deles, vencendo assim a consciência do senhor se tornando um sujeito, como Hegel propõe. Todavia, Mbembe escreve em seu livro que: “A vítima de hoje podia se transformar, no dia seguinte, em carrasco a serviço do Senhor. Não raro o liberto, de um dia para outro, tornava-se proprietário e caçador de escravos.” (Mbembe,2020, p.43)<sup>43</sup>.

Existia alguns escravizados que ao serem libertos, possuíram escravizados, isso não quer dizer que o escravo que tinha conseguido sua liberdade, estava agindo de forma errada ao se

---

<sup>41</sup> A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Sueli Carneiro. 2005.p.5.

<sup>42</sup> A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Sueli Carneiro. 2005.p.97.

<sup>43</sup> Crítica da Razão Negra. Achille Mbembe.2020. p.43.

tornar senhor, já que estamos abordados uma sociedade da qual a escravização era o sistema dominante.

Logo, o estatuto do escravizado não é baseado nesses escravizados que escravizaram também, posto que esse seria um capítulo desse regulamento, mas essa não é verdade do escravizado talvez nós não podemos dizer qual essa verdade, pois essa está marcada nas páginas da historiografia da escravização. Porém, não cabe dizermos qual verdade absoluta do cidadão escravizado.

### **2.3 O outro seria escravizado ou cidadão<sup>44</sup>?**

A vítima da escravidão se torna o outro, porque a história ainda conta a narrativa do escravismo sobre a perspectiva de um outro, e muitas vezes esse outro tem uma raça determinada e tem um rosto. Uma vez que, a raça preta foi colocada como o rosto da escravização, entretanto, a narrativa na escravização pré-colonial não denomina uma raça para o escravizado, então em que momento da história o corpo social passa a colocar o escravizado como uma pessoa preta?

O escritor Alberto Costa e Silva em seu livro *A Manilha e o Libambo* nos responde essa pergunta do seguinte modo:

“Só se escraviza o outro, o estranho que está fora de nossa sociedade, e esse outro, com a Expansão oceânica dos portugueses e espanhóis, tornara-se o não europeu, de cor, feições e Cabelos diferentes, que se multiplicara nas populações das Ásias, das Américas e das Áfricas. E de todos esses outros — acrescento eu —, aquele que se mostrou fisicamente mais dessemelhante aos europeus foi, aos olhos destes, o negro africano.” (Silva,2002, p.582)<sup>45</sup>

Portanto, os europeus ao chegarem em terras africanas e sequestrarem os cidadãos escravizados perceberam algo que é comum a toda humanidade, que cada um é diferente do outro. Assim, o escravizado ao ser comparado com o outro perde mais uma vez sua identidade em uma sociedade que não a enxerga, tornando assim o escravo invisível ao outro.

---

<sup>44</sup> A discussão decolonial sobre *cidadania* e *valores civilizatórios* desloca o foco da noção liberal-ocidental (indivíduo-estado, direitos formais, universalismo abstrato) para formas de vida, legitimidade política e moralidade produzidas por povos colonizados/quilombolas/indígenas. Em vez de aceitar a categoria "cidadania" tal como cristalizada pela modernidade/Estado-nação, propõe-se repensá-la segundo práticas comunitárias, relações com a terra, memória ancestral e modos de ser/agir não-eurocêntricos.

<sup>45</sup> *A Manilha e o Libambo*. Alberto Costa e Silva.2002. p.582.

Sueli Carneiro na sua tese escreve que:

“Tu te encontrares encastelado na contemplação da Ideia que tens do mundo e eu, anjo caído, residente nesse mundo te convido a olhá-lo com olhos que te permitam ver nele a tua face refletida. Só eu posso te ofertar esse olhar no qual a plenitude do teu ser se manifesta.” (Carneiro,2005, p.21)<sup>46</sup>

, desse modo a face que nos é refletida é a do escravizado.

Fanon em seu livro nos diz no capítulo 5 que:

“Enquanto o negro estiver casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro. Claro, bem que existe o momento de “ser para-o-outro”, de que fala Hegel, mas qualquer ontologia se torna irrealizável em uma sociedade colonizada e civilidade.” (Fanon,2008, p.103)<sup>47</sup>

O ser-para-o-outro mencionado pelo psiquiatra seria ser escravo para sociedade e propriedade para lei.

Dessa maneira, a face que nos é refletindo no sentido social seria a do escravizado, que de uma certa maneira está condenado pelo corpo social a viver na condição escravista até o fim da sua vida. Já no sentido jurídico como a lei, seria a face da propriedade que pode ser facilmente vendida e comprada.

Entretanto, temos a face do espelho que reflete o outro, seria esse outro escravizado ou liberto?

O outro liberto seria o da historiografia que é colocado para contar a história da escravização.

Colocando Fanon para dialogar com a Carneiro temos um trecho do livro do psiquiatra francês que nos diz sobre a entrega do escravizado para o mundo:

“Enclausurado nesta objetividade esmagadora, implorei ao outro. Seu olhar libertador, percorrendo meu corpo subitamente livre de asperezas, me devolveu uma leveza que eu pensava perdida e, extraíndo-me do mundo, me entregou ao mundo.” (Fanon,2008, p.103)<sup>48</sup>.

De uma certa maneira, ao longo da escravização foi negado ao escravizado a humanidade de outro.

---

<sup>46</sup> A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Sueli Carneiro. 2005.p.21.

<sup>47</sup> Pele Negra, Máscaras Brancas. Frantz Fanon.2008. p.103.

<sup>48</sup> Pele Negra, Máscaras Brancas. Frantz Fanon.2008. p.103.

Visto que, não foi dado ao escravo sua humanidade, posto que ele era visto como uma propriedade, como um objeto, como moeda e não era visto como um ser humano. Uma vez que, foi negado ao escravizado um direito natural a qualquer ser humano, o direito à liberdade, o direito de ir e vir. Quando falamos sobre o outro escravizado é difícil definir se esse outro seria o escravizado ou um outro que é colocado como uma falsa projeção do escravizado.

Assim, o outro poderia ser muitas pessoas inclusive ser o senhor que era denominado como dono da propriedade que ele possuía, propriedade essa que era um ser humano colocando como um escravizado que na visão de Hegel tinha como única função trabalhar ou na visão de Aristóteles tinha como função ser escravizado.

Percebemos, portanto, que o escravizado não implorou ao outro sua liberdade, mas não aceitou sua condição sem lutar como já vimos no subtópico anterior.

Em suma, o cidadão escravizado era negado perante o corpo social como cidadão, mas era validado como propriedade, como alguém que foi objetificado e colocando como uma pessoa sem direitos. Sofrendo assim o que o autor Alberto Costa e Silva denominou como um desterro político. Ao abordamos os direitos naturais de um ser humano, entendemos que na escravidão pré-colonial esses direitos não eram discutidos com frequência pela sociedade.

Todavia, precisamos nos atentar ao fato de que um homem ao nascer tem direito a vida, e com ela tem direto a liberdade, os escravizados foram privados desse privilégio ao longo de muito tempo na história da escravidão.

Como vimos no capítulo anterior, existia leis na escravidão pré-colonial que regulamentavam o sistema escravista, porém algumas dessas leis regulamentam a propriedade e não o ser humano.

Ao se negar esses privilégios aos escravizados, foi negado a eles a cidadania o direito de ser pertencentes a história, e de ser protagonistas da sua própria narrativa, isso se deve ao fato de uma narração que durante muitos séculos foi contada pela visão do colonizador e pela visão de quem dominava a narrativa histórica da época.

Os escravizados são cidadãos que foram estereotipados ao longo da história e colocado em vários lugares, menos no lugar de cidadão e de pertencente a um estado. Dessa maneira, por conta dessa narrativa contada por outros que o estatuto do escravizado teve uma raça determinada quando na verdade esse regulamento não possuía um rosto e nem uma raça que determina as pessoas que vão ser escravizadas.

Muitos escravizados quando foram sequestrados na escravidão colonial e foram forçados a deixar as terras africanas e o lugar de onde vinham, foram de uma certa forma obrigados a renunciar sua identidade e quem eram. Mbembe no seu livro escreve que “O objetivo é, na verdade, escrever uma história que reabra para os descendentes de escravos a possibilidade de voltarem a ser agentes da história propriamente dita.” (Mbembe,2020, p.63-64)<sup>49</sup>.

O filosofo no mesmo trecho do livro nos diz que essa seria uma questão de “imaginação moral”, ou seja, uma indagação que se devolve aos escravizados o direito de serem narradores da sua própria história. O estatuto do escravizado também proposto por Mbembe vai além da propriedade do outro, pois o escravo não eram propriedade de ninguém, eles são seres humanos que foram vítimas de um genocídio.

O estatuto do escravizado tem as suas páginas escritas pelo escravizado, no capítulo anterior vimos alguns pontos desse regulamento, nessa monografia não iremos aprofundar nesse estatuto, já que o foco aqui é entender o motivo do escravizado não ser reconhecido como cidadão em uma sociedade que os escravizou e tirou deles os direitos naturais de um ser humano.

Em virtude disso, a história colocou uma raça para carregar em seus ombros o peso da escravização, foi determinado assim um grupo para carregarem sozinhos as marcas que a escravidão deixou.

Lembrarmos mais uma vez que, na escravização pré-colonial não existia uma raça para ser escravizada, pois qualquer ser humano que não fosse pertencente a Realeza africana ou ocupasse uma posição social favorável na sociedade estavam sujeitas a escravização.

Então por que o social coloca todo peso da escravização sobre os ombros da raça preta?

O autor Alberto Costa e Silva no livro *A Manilha e o Libambo* escreve que:

“Tal qual sucedera, a partir do século X, no mundo islâmico, o negro foi-se tornando, ao avançar o Seiscentos, no sul da Europa e na maior parte das Américas, o escravo por excelência. De um “outro” entre os “outros”, passou a ser considerado uma espécie humana distinta, inferior à branca e predestinada a servi-la.” (Silva,2002, p.579)<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> *Crítica da Razão Negra*. Achille Mbembe.2020. p.63-64.

<sup>50</sup> *A Manilha e o Libambo*. Alberto Costa e Silva. 2002.p.579.

Assim, colocando Silva para dialogar com Fanon é o racista o responsável pela criação do inferiorizado.

Visto que, em outro trecho Silva nos diz que: “Repetiram-se entre os europeus — e não como enredo de farsa, mas novamente como urdidura de tragédia — todos os argumentos que os árabes haviam esgrimido para justificar a escravidão dos pretos.” (Silva,2002, p.579-580)<sup>51</sup>. Desse modo, percebemos um racismo escarando na história na escravização, do qual os responsáveis são aqueles que escravizaram, os chamados donos de escravizados.

Como diz Silva, um outro entre os outros foi predestinado a servir uma raça que os colocou como alguém inferior, como alguém destituído de diretos, como alguém que foi enterrado politicamente por não ter a sua cidadania e sua humanidade reconhecida pelo estado que os escravizou durante muitos séculos.

Dessa forma, se colocou sob raça preta a história da escravização, como se eles fossem vítimas oprimidas que não lutaram e que não fizeram sua voz ser ouvida, quando na verdade eles lutaram e gritaram por liberdade e reivindicaram a condição de escravizado, do qual foram submetidos pelo fato de do outro acharem eles diferentes desse outro.

Assim, o racismo se propaga pela historiografia colocado a raça negra como inferior e raça branca como superior, desenvolvendo assim o estatuto da inferioridade que nada tem a ver com o estatuto do escravizado. Ao longo da historiografia, o escravo foi visto como alguém que precisa de tutela, ou seja, como alguém que existia a sombra de seu dono, portanto não possuía voz, não possuía direitos.

Em síntese, Carneiro diz em sua tese que:

“Portanto, verdadeiros negros são incapazes de civilização e, se civilização houve na África, não pode ser atribuída aos povos negros e sim a um ramo da raça branca. O dispositivo de racialidade, assim, demarca e distribui de forma maniqueísta o bem e o mal entre as raças.” (Carneiro,2005, p.107)<sup>52</sup>.

Os africanos são colocados no lugar de alguém que não pertencia a uma civilização, até porque a África é vista como um lugar que não possuía civilização até a chegada dos europeus.

---

<sup>51</sup> *A Manilha e o Libambo*. Alberto Costa e Silva. 2002.p.579-580.

<sup>52</sup> *A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Sueli Carneiro. 2005.p.107.

Em suma, já vimos que continente africano tem sua história que foram escritas em suas terras muito antes da colonização, ao olharmos para a historiografia africana vemos que os africanos eram civilizados e não precisavam de tutela. No entanto, ao olharmos para o escravizado percebemos que havia uma falsa concepção de que eles não eram civilizados, por isso precisavam de seus senhores para viver.

Porém, as pessoas se esqueçam que o escravo é um ser humano que possuía inúmeros sonhos, dentre eles o sonho da liberdade, da cidadania e de que na verdade eles não precisam de seus senhores para viver, visto que os donos dos escravizados também precisavam deles para viver. Dessa forma, foi colocado na historiografia o bem e o mal que esses foram colocados sendo representados pelas raças.

Como diz Sueli os verdadeiros negros são vistos como incapazes de civilização, já que a civilização existente na África é atribuída a raça branca, dessa maneira o dispositivo de racialidade demarca a incapacidade do continente africano de ter uma Realeza, de ter seus Reis e Rainhas. Já vimos que as terras africanas tinham uma Realeza que governam suas terras antes de qualquer nação chegar para colonizá-las.

Em virtude disso, o mesmo acontece com os escravizados que são considerados incapazes de ser civilizados, pois eles são vistos como pessoas que tinham como função somente trabalhar como é proposto pelo filósofo Hegel. As pessoas se esquecem da humanidade do escravizado que eles eram pessoas que possuíam seus sonhos, suas vontades, mas que infelizmente foram marcados em suas peles pela escravização.

Aimé Césaire em seu livro escreve que “Colonização: uma cabeça de ponte, em uma civilização, da barbárie que, a qualquer momento, pode levar a pura e simples negação civilização.” (Césaire, 1955, p.21)<sup>53</sup>, observamos assim que a escravização pré-colonial começa a se encontrar a escravização colonial. Pois, como diz Césaire a colonização se transforma em uma ponte para a barbárie e a civilização, mas isso acaba levando a negação da própria civilização.

Ao se negar a cultura de uma sociedade, negado a ela também o direito de narrar a sua própria história, quando se nega a civilidade do escravizado se nega a ele sua cidadania, seu direito de existir em uma sociedade da qual ele também faz parte, desse modo se mantém o

---

<sup>53</sup> *Discurso sobre o Colonialismo*. Aimé Césaire. 1995.p.21.

cidadão que foi escravizado em silêncio. Posto que, os senhores de escravos temiam a voz de seus escravizados por isso os mantinham em silêncio.

Ao reprimirem violentamente as revoltas escravistas os senhores faziam uma espetacularização das punições, para que assim fosse dado o exemplo para aqueles se ousasse se rebelar contra seus senhores. Dessa maneira, a voz do escravizado ficava em silêncio não por escolha dele, mas pelo medo de que algo acontece a eles ou a família deles.

A instituição da escravização mantém seu poderio em muitos momentos da historiografia, posto que ela perdurou durante muitos séculos na história, as marcas deixadas por essa instituição ainda são feridas latentes na historiografia. Falar sobre a escravidão dói em muitos momentos, mas colocar a voz do escravizado para ser ouvida é ouvir sobre a cidadania de alguém que durante muito tempo foi silenciado.

Sendo assim, no próximo capítulo aprofundaremos na questão da raça e no fato de terem colocado um rosto no estatuto do escravizado e veremos o começo da escravização colonial, porque já vimos como o cidadão escravizado era visto na servidão pré-colonial e como foi negado a ele sua cidadania.

Logo, o cidadão escravizado constantemente negado pelo social é um ser humano que possuiu muitos sonhos, e que tem sua história narrada muitas vezes por um outro que não sabemos quem é. Como diz Mbembe, existe uma possibilidade de o escravizado voltar ser agente da sua própria história, ser protagonista não somente da instituição da escravização, mas também da sua liberdade.

Enfim, o cidadão que foi reduzido a uma propriedade pela lei, a um objeto pela história e a uma moeda que podia ser usada para se obter lucro ou uma posição social favorável, e na verdade um ser humano que possuía cidadania<sup>54</sup>, e direitos e que lutou por esses direitos até o fim.

---

<sup>54</sup> Ser civilizado significa viver em harmonia com os ancestrais, respeitando as tradições, rituais e saberes transmitidos intergeracionalmente.

### **Capítulo 3- As brechas da instituição da escravização: invenção do cidadão ou do escravizado?**

Como já vimos, a escravização africana tinha suas leis que regulamentavam todo sistema escravista, no entanto, para essas leis o escravizado era uma propriedade que havia nascido para ser escravo, como define Aristóteles. O escravizado foi tratado pela sociedade como um objeto que podia ser comprado e vendido, foi tratado como uma propriedade, da qual o seu dono provisório como diz Césaire, comprava sua posse e se tornava dono do escravo.

Vimos que, os escravizados eram propriedades, um objeto, uma moeda e até um escambo, assim, em todas as denominações que foram usadas para definir o escravizado, em praticamente todas o escravo não é colocado como um ser humano, que não possui uma voz e que era destituído de direitos, sendo desse modo enterrado politicamente por não ter sua cidadania reconhecida. Negando-se, portanto, a humanidade do cidadão que foi escravizado durante muito tempo.

Na escravização pré-colonial existiu diversos tipos de escravizações, como a escravização voluntária, a escravização por nascimento, a escravizações por guerra e entre outras, observamos que o tráfico de escravizado existe desde a antiguidade, todavia, na servidão pré-colonial os escravizados não foram sequestrados como na escravidão colonial.

Vimos também que, o escravizado não era reconhecido como cidadão, posto que para a sociedade o cidadão escravizado era um escravo, quase como se eles fossem invisíveis para o social. No entanto, os escravizados não foram inviabilizados pela histografia, em alguns momentos eles foram silenciados, quase como se as vozes deles fossem ocultadas pela história, já que a escravização é contada por quem escravizou e não por aqueles que foram escravizado.

Desse modo, os senhores de escravos ainda obtinham de um certo modo a posse dos escravizados fazendo com que as vozes deles fossem silenciadas na escravização pré-colonial e colonial. Aos poucos, essa voz foi sendo escutado por aqueles que querem narrar a história do escravizado, colocando-os como protagonistas da sua própria narrativa.

Assim, os europeus ao chegarem no continente africano trataram aquelas terras como terra de ninguém, quando na verdade os Reinos Africanos governam suas terras a muito tempo, sabemos que alguns soberanos foram a favor da escravização colonial, compactuando inclusive com o tráfico de escravizados. Mas, também existiu os soberanos que foram contra a presença europeia no seu reino e que defenderam seus impérios da Europa.

Dessa forma, lembrarmos de uma fala da escravizada Virginia escrita no livro *Sinhá Moça* da autora brasileira Maria Dezonne Pacheco Fernandes:

“A voz dos sinos enche de mágoas a velha Virginia que, sentindo os olhos úmidos, recorda a pátria selvagem que ela mal conheceu. De mãos postas contrita, olhando o céu canta baixinho, numa língua que só os pretos conhecem, a cantiga que evoca a África de seus pais e que ela, pobre, jamais verá...”. (Fernandes, 2013, p.111)<sup>55</sup>

Quantos escravizados que deixaram África com a esperança de que algum dia voltariam, mas na verdade nunca voltaram. Foram, obrigados a renunciar sua identidade, de uma certa forma sua cidadania e sendo assim silenciados e destituídos seus direitos.

Montamos até aqui uma certa linha do tempo da escravização, entendemos como a escravidão surgiu e como a escravização pré-colonial se desenhou no continente africano, percebemos as semelhanças e as diferenças entre ambas as escravizações, a pré-colonial e a colonial. Dessa forma, vamos ouvir essa voz que vem das terras africanas, a voz dos cidadãos escravizados que de alguma forma foram retirados dos reinos e levados para terras estranhas para serem escravizados por séculos, sem poderem se defender.

Os escravizados, infelizmente não deixaram seus relatos na escravidão pré-colonial, como existe alguns na servidão colonial narrados pelos próprios escravizados. Como então, fazemos para contar a versão dos escravizados africanos para história?

Contemos então, essa narrativa através do que temos, que são os escritos de diversos autores e a história da África. Vamos entender primeiro como a cidadania do escravizado se rompe na transição da escravização pré-colonial para a colonial.

### 3.1 A ruptura da cidadania do escravizado

O escravizado durante a escravização pré-colonial de um certo modo começa a alcançar sua cidadania, no entanto, essa ainda não é a cidadania plena pois, o escravo ainda não é um cidadão reconhecido pela sociedade. Desse modo, cidadania suprema que era um dos sonhos do escravizado, começa se romper.

Visto que, quando a escravização pré-colonial se encontra com a servidão colonial o escravo que aos olhos do social não seria reconhecido como cidadão livre, se torna escravo quase que a vida inteira. Já que, ao ser traficado para terras distantes, o escravizado renúncia de uma certa maneira a sua identidade e consequente da sua cidadania.

Nas palavras do autor africano Achille Mbembe:

---

<sup>55</sup> *Sinhá Moça*. Maria Deozanne Pacheco Fernandes. 1950. p.111.

“Reivindicar o parentesco com a África e contribuir para sua regeneração é um ato amor-próprio e de respeito por si mesmo. Significa, diz ele, desembaraçar-se da mortalha que os negros precisaram carregar do fundo do túmulo que foi a escravidão.” (Mbembe,2020, p.58)<sup>56</sup>.

Ao se tratar da escravização colonial, percebemos que, o sistema escravocrata colonial determina uma raça para ser escravizada e consequentemente levar para túmulo, como diz o filosofo. Essa raça é a raça preta, como já vimos no capítulo anterior um dos motivos para essa determinação foi o fato dos europeus ao chegaram em África, consideram a raça negra diferente deles, por isso os escravizam. Vale lembrar mais uma vez, que escravização africana não pré-determinava uma raça para ser escravizada.

Ou seja, o escravo ao ser colonizado reivindica muito mais que na servidão pré-colonial, porque nessa apesar de ele não ter sua cidadania reconhecida, o escravizado de uma certa maneira não renuncia sua identidade, não é obrigado a abandonar sua nação. Portanto, apesar de ser uma propriedade e um objeto para lei, o escravo ainda tem um pouco da sua humanidade, posto que ele ainda está no seu lugar de origem.

Assim, Mbembe escreve que:

“Assim, para os negros confrontados com a realidade da escravidão, essa perda é, antes de mais nada, de ordem genealógica. No Novo Mundo, o escravo negro é juridicamente destituído de qualquer parentesco. Ele é, consequentemente, um “sem parentes”.” (Mbembe,2020, p.71)<sup>57</sup>

Observamos desse modo que, o escravo se destitui dos parentescos que ele possuía, ele reivindica sua família, se tornando um sem parentes, pois cada escravizado foi para lugar do mundo, sendo separados da sua família e de seus amigos. No primeiro capítulo, colocamos a condição dos “sem parentes” para dialogar com a autor Alberto Costa e Silva que menciona em seu livro sobre condição de indigentes, acrescentamos aqui mais uma condição proposta pelo historiador que seria o desenterro político.

Ao colocarmos essas três condições para dialogaram percebemos que apesar de serem escritas por autores diferentes, elas se tornam uma só. Visto que, o escravizado antes de entrar no navio que irá traficá-lo, ele é destituído da sua identidade, se tornando um indigente, é destituído de seus parentes, sem tornado um sem parentes, e por fim é destituído da sua cidadania, revogando sua nação, sofrendo assim um desenterro político.

---

<sup>56</sup> *Crítica da Razão Negra*. Achille Mbembe.2020. p.58.

<sup>57</sup> *Crítica da Razão Negra*. Achille Mbembe.2020. p.71.

Portanto, não é somente a cidadania do escravizado que sobre uma ruptura, a instituição da escravização africana começa a ruir, posto que os europeus começam a invadir as terras africanas e as colonizá-las, destronando de uma certa forma o poderio que existia ali na África.

No entanto, o filosofo francês Jean Paul Sartre ao escrever o prefácio do livro do Frantz Fanon *Os Condenados da terra* nos diz que: “Quando Fanon, ao contrário, diz que a Europa cava a própria ruína, longe de soltar um grito de alarme, apresenta um diagnóstico” (Sartre apud. Fanon.p.5. 1961)<sup>58</sup>, contudo a instituição da escravização apresenta suas brechas e apesar de ter perdurado por muitos séculos, em determinado momento ela se ruiu.

Não iremos aqui aprofundar na ruína do sistema escravocrata, já que o foco dessa monografia é entender motivo de o escravizado não ser reconhecido como cidadão na escravização pré-colonial.

Assim, o escravizado se torna um nada para social, pois a cidadania é negada a ele, porém aqui a humanidade do escravo é retirada dele, fazendo com que a cidadania suprema se tornasse algo impossível de ser alcançado. Ficando assim, somente no campo imaginário do cidadão escravizado. Dessa forma, podemos nos questionar se: a instituição da escravização inventou o cidadão escravizado ou o escravizado que foi destituído de seus direitos?

O autor francês Aimé Césaire faz seguinte equação no seu livro *Discurso sobre o Colonialismo* “Colonização=Coisificação” (Cesaire,1995, p.32)<sup>59</sup>, em vista disso, podemos dizer que a escravização seria igual a objetificação. Uma vez que, a escravidão desumaniza o homem, fazendo com que ele renuncie sua cidadania, em virtude disso renuncie também sua humanidade e sua liberdade.

De um certo modo, percebemos que apesar do escravizado não ser um cidadão na servidão pré-colonial ele ainda possuía alguns direitos, já que essa não o desumaniza, mas o destituí de seus direitos como o direito à liberdade. Dessa forma, observamos que de uma maneira lenta o escravo vai construído sua cidadania na escravização pré-colonial, porém a base da qual esses direitos começam a ser estruturados é uma base frágil. Tendo em vista que, a cidadania do escravizado começa a se romper ainda na escravização pré-colonial.

---

<sup>58</sup> *Os Condenados da Terra*. Frantz Fanon apud. Jean Paul Satre.1968. p.5

<sup>59</sup> *Discurso sobre o Colonialismo*. Aimé Césaire.1995. p.32.

O autor africano Mbembe afirma que:

“Esse grito- conjura, anúncio e protesto- exprime a vontade dos escravos e colonizados de sair da resignação, de se unir; de se autoproduzir enquanto comunidade livre e soberana, de preferência por meio de seu trabalho e de suas próprias obras; ou então tomar a si mesmos como a própria imagem, a própria certeza e o próprio destino do mundo.” (Mbembe,2020, p.72)<sup>60</sup>.

Diante do exposto, o escravizado tem uma vontade em ser dono de si próprio, posto que até o final da escravidão o seu senhor será o seu dono, controlando, portanto, seu destino, sua imagem, sua certeza, sua humanidade. Visto que, o senhor de escravos é dono da sua propriedade, consequente da sua posse.

Apesar de, a escravidão pré-colonial não desumanizar o escravo, ela de certa forma nega a ele sua humanidade, pois o escravizado é constantemente destituído de seu direito de viver, uma vez que é negado sua liberdade, sua cidadania e seu direito ser reconhecido como um cidadão pertencente a aquela sociedade.

A partir do momento que, a escravidão colonial se encontra com a pré-colonial, o escravo começa ser desumanizado, porque ele é colocado em um porão de um navio que o levará para longe da sua casa, o submetendo a condições desumanas, que fizeram alguns escravizados pensarem que a morte era melhor do viver como escravo.

Logo, Mbembe escreve que:

“Por sua mera existência, a *comunidade dos escravos* não deixa de rasgar o véu da hipocrisia e da mentira que recobre as sociedades escravagistas. Além disso, os escravos são capazes de rebelião e, dada a ocasião, podem dispor de sua própria vida por meio do suicídio, desapossando assim seu bem e abolindo, *de fato*, o vínculo de servidão.” (Mbembe,2020, p.95)<sup>61</sup>.

Nesse momento acontece a ruptura da cidadania do cidadão escravizado, posto que ele será destituído de todos seus direitos, inclusive do seu direito ir e vir. Assim, falas como da personagem Virginia em *Sinhá Moça* se tornam comuns, a vista de que os escravizados não conhacerão a África que deixaram para trás.

Sendo assim, a escravidão colonial começa a se consolidar como instituição ao modo de que, como escreve Mbembe: “Com efeito, ainda que juridicamente definidos como bens móveis

---

<sup>60</sup> *Crítica da Razão Negra*. Achille Mbembe.2020. p.72.

<sup>61</sup> *Crítica da Razão Negra*. Achille Mbembe.2020. p.95.

e apesar das práticas de crueldade, degradação e desumanização, os escravos continuam sendo seres humanos.” (Mbembe,2020, p.95)<sup>62</sup>. Mesmo que, a sociedade não os reconhecia como humanos. Visto que, o social objetificava o escravizado, a maneira de que o escravo passa de a condição ser tratado como uma propriedade, para condição inteiramente de objeto.

Posto que, um objeto pode facilmente ser trocado de lugar sem que para isso ele precise aprovar o novo local. Em consequência disso, a escravização colonial dá seus primeiros passos para se consolidar como instituição não somente para historiografia, como também para o continente africano, pois o colonialismo começa a invadir as terras africanas.

### **3.2 A consolidação da escravização colonial como uma instituição**

A escravização colonial possuía semelhanças com a pré-colonial, até o momento focamos nas diferenças entre elas, então agora focaremos em algumas semelhanças entre ambas as escravizações. Uma das regras mais antigas do sistema escravista, era que as mulheres escravizadas eram obrigadas a se deitar com os seus donos, mostrando assim que o corpo feminino era uma propriedade dos senhores de escravizados.

O historiador brasileiro Alberto Costa e Silva escreve que: “As moças escravas eram também obrigadas a deitar-se com o senhor ou com os rapazes da casa, pois esta é uma das regras mais antigas do escravismo: o escravo não é dono de seu corpo nem de sua sexualidade.” (Silva,2002, p.19)<sup>63</sup>, portanto, o escravo não é dono de si. Por esse motivo, que mais uma vez o escravizado é destituído de seus direitos, já que ele não tinha direito de escolher o que fazer com os seus próprios corpos, pois isso é ditado porque era dono da sua posse.

Esse direito que o escravo não obtinha sob seu corpo perdura durante toda a servidão colonial, inclusive os próprios europeus obrigavam as escravizadas a se deitarem com eles. Os escravizados nesse momento se deparam com sua cidadania rompida, e assim a escravização colonial se consolida no sistema escravista.

Ademais, os colonizadores precisavam garantir que os escravizados não voltassem para a África levando-os para os lugares mais distantes possíveis. Silva nos diz que:

“Quanto mais longe da casa do comprador tivesse origem o escravo, maior o seu preço, pois não só seria mais difícil a fuga, para de novo juntar-se aos seus ou a grupos

---

<sup>62</sup> *Crítica da Razão Negra*. Achille Mbembe.2020. p.95.

<sup>63</sup> *A Manilha e o Libambo*. Alberto Costa e Silva. 2002.p.19.

da mesma língua e cultura, como também se tinha por mais fácil o processo de desenraizá-lo.” (Silva,2002, p.20)<sup>64</sup>.

Vale lembrar que, durante a escravização pré-colonial os escravizados se tornaram uma moeda muito valiosa para seus impérios, dessa forma quando eles eram vendidos nos portos africanos alguns escravizados foram vendidos por preços altos para serem levados para as colônias europeias, como por exemplo o Brasil, que era uma colônia portuguesa.

Consequentemente, ao levarem os escravizados para longe, os europeus tornavam o processo de desenraizá-los mais fácil, visto que naquela época a única forma de voltar para a África era de navio, navios esses que eram controlados pelos colonizadores. Durante todo o sistema escravista existiram diversos portos que tinha como finalidade o embarque e desembarque de escravizados.

Existem portos na historiografia que são mais famosos do que outros, como o porto de Luanda, em Angola, esse porto foi onde mais embarcou escravizados para colônias. O segundo maior porto é o porto de Ouidah, no Benin. O Reino Daomé, foi o império que se tornou o centro de exportações de escravizados, dado o Rei de Daomé foi conivente com a colonização, facilitando assim o tráfico de escravizados para as Américas.

Observamos aqui mais uma ruptura na cidadania do escravo, posto que somente mercadorias são exportadas, portanto a mercadoria da qual sua humanidade é totalmente negada se torna mais uma vez um objeto inanimado. Contudo, o objeto é colocado em uma relação imaginária, pois essa relação não existe, logo escravizado é destituído de si mesmo ao ser traficado, perdendo assim completamente sua cidadania.

Mbembe escreve que:

“No entanto, se existe um objeto e um lugar em que está relação imaginária e a economia ficcional que a sustenta se dão a ver do modo mais brutal, distinto e manifesto, é exatamente esse signo que chamam de negro e, por tabela, o aparente não lugar que chamamos de África, cuja característica é não ser um nome comum e muito menos um nome próprio, mas o indício de uma ausência de obra.” (Mbembe,2020, p.31)<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> *A Manilha e o Libambo*. Aberto Costa e Silva. 2002.p.20.

<sup>65</sup> *Crítica da Razão Negra*. Achille Mbembe.2020. p.31.

O escravo se depara com uma ausência de si mesmo, uma vez que seu lugar de origem não é mencionado como nome comum e nem como um nome próprio. Em razão disso, o cidadão escravizado renúncia mais do que ele mesmo, ele renuncia suas crenças religiosas, renúncia seu lugar de origem, renúncia sua cultura, renúncia sua língua materna, renúncia seu nome e por fim se renuncia como ser humano. Que nesse momento, se torna alguém, ou melhor dizendo se torna ninguém.

Ou seja, a instituição da escravidão colonial se consolida em cima de seres humanos, dos quais ela própria retira sua humanidade, tornando-os mais do que um objeto, uma propriedade e uma moeda. Ela os torna invisíveis a eles mesmo, pois ao negarem a cidadania e os direitos dos escravizados, o sistema escravista os afasta do lugar que um dia eles chamaram de casa.

Considerando isso, podemos dizer que a colonização desumanizou o homem, nas palavras do autor francês Aimé Césaire:

“Esses fatos provam que a colonização, repito, desumaniza até o homem mais civilizado; que a ação colonial justificada por esse desprezo, tende inevitavelmente a modificar aquele que a empreende; ao habituar-se a ver no outro a besta, para acalmar sua consciência, tende objetivamente em transformar-se ele próprio em besta.”  
(Césaire, 1995, p.29)<sup>66</sup>.

Diante do exposto, o senhor de escravizados que seria o outro enxerga no escravo uma maneira de tranquilizar sua consciência tendendo, portanto, a transformar o escravizado nele próprio, desse modo a dialética do senhor e do escravo de Hegel, se transforma em um ciclo. No qual, o escravizado precisa do seu senhor e seu senhor precisa do seu escravo, fazendo com que ambos sejam escravizados pelo sistema escravista. Entretanto, o senhor possui o domínio total sobre seu escravizado.

Sendo que, a posição de ambos na sociedade não é igualitária, uma vez que o dono provisório do escravo possui sua humanidade, seus direitos e sua cidadania. Além disso, ele tem o poder de castigar de forma desumana, de matar e de caçar a sua propriedade. Então, não estamos dizendo que o dono de escravos possui os mesmos direitos que o escravizado, posto que o cidadão escravizado não tem direitos.

Dessa forma, estamos dizendo que a relação proposta pelo sistema escravocrata se torna cíclica, pois um não irá existir sem outro. Porquanto, a dialética do senhor e do escravo

---

<sup>66</sup> *Discurso sobre o Colonialismo*. Aimé Césaire. 1995. p.29.

prevalece em toda a escravização colonial, enquanto a definição de Aristóteles já exposta aqui, prevalece durante a pré-colonial.

Em suma, a instituição da escravização pré-colonial já havia se consolidado nas terras africanas, entretanto, ela sofre uma ruptura da qual não consegue se reerguer novamente, porque a escravização colonial se consolida no continente africano por quase quatro séculos. Entretanto, a servidão colonial possuía suas brechas, mas a base da qual o colonialismo é construindo é uma base sólida, dificultando, portanto, a observação das suas brechas.

Desta maneira, o sistema escravista colonial não só se consolida ele se firma na história durante quase quatro séculos, fazendo com que milhões de africanos que foram escravizados ao serem sequestrados e traficados, revogassem sua identidade, mais do que isso revogassem o seu direto de serem reconhecidos como cidadãos dos lugares dos quais pertenciam.

Nesse momento, os olhos da Europa se voltam para África para suas riquezas, para seus minerais, para seus escravizados, e para tudo que aos olhos deles as terras africanas tinham a oferecer. O filosofo africano afirma que:

“Prostrada na idolatria e nas trevas, vive à espera da Revolução. Por outro, a África é a terra de riquezas naturais insondáveis. Seus recursos minerais são colossais. No momento em que se esboça a corrida aos seus tesouros, seus filhos distantes não podem de jeito nenhum se furtar à mesa da partilha.” (Mbembe,2020, p.58)<sup>67</sup>.

Contudo, os filhos distantes não podiam questionar o que estava acontecendo e nem podia lutar, tendo vista que eles se querem sabiam o que estava acontecendo na sua nação, pois infelizmente os escravizados estavam a quilômetros de distância de seus lugares de origem.

Todavia, aqueles que ficaram lutaram e resistiram a colonização mostrando mais uma vez que, assim como os escravizados gritaram e lutaram por sua liberdade, os africanos também gritaram e lutaram pela liberdade de seus reinos. Mesmo que, alguns soberanos fossem exilados de seus impérios, o seu poder resistia ao poder da Europa. Uma vez que, muito antes dos colonizadores europeus chegarem no continente africano, ali naquelas terras já existia uma Realeza.

Realeza essa que, o continente europeu temeu, talvez por serem mais fortes que a realeza europeia, já que eles tentaram apagar qualquer vestígio dos Reinos Africanos, inclusive

---

<sup>67</sup> *Critica da Razão Negra*. Achille Mbembe.2020. p.58.

dividindo o território africano por um mapa, realizando assim a partilha da África. Partilha essa que nenhum africano foi convidado a sentar à mesa.

Sendo assim, podemos observar a consolidação da instituição da escravização colonial no continente africano e transição da servidão pré-colonial para colonial, essa passagem ocorre quase que de forma brusca e imperceptível. No entanto, é nessa mudança que o escravizado é destituído da sua cidadania.

### **3.3 A destituição da cidadania do cidadão escravizado**

O escritor brasileiro Alberto Costa e Silva escreve em seu livro *A Manilha e Libambo* que:

“Sustentam os “absorcionistas” que o problema central da escravidão — ou “escravidão” — africana seria a reumanização do escravizado, que se tornara uma não pessoa, num novo grupo social, com a progressiva redução de sua marginalidade, pela incorporação à família do amo e à grei.” (Silva,2002, p.63-64)<sup>68</sup>.

Os chamados “absorcionistas” são aqueles que colocam aspas na palavra escravidão, como se ela fosse algo que não existiu na história, como se fosse uma palavra que não pode ser dita.

Em outras palavras, ao mesmo tempo que a África desumaniza o escravizado, ela também é a responsável por humanizá-lo, posto que o escravo não é uma pessoa para a colonização, para que assim ele seja incorporado a família de seu dono e a sua sociedade. Vale reforçar que, o escravizado não era visto como um membro da família de seu dono, ele era um ninguém que trabalhava forçadamente para o seu dono.

Quando a cidadania do cidadão escravizado sofre sua ruptura, ele é destituído de seus direitos como já vimos nos subtópicos anteriores, não estamos dizendo que o escravo é um ninguém para a história, pois quando analisamos a instituição escravocrata percebemos que nela esse cidadão que é destituído da sua humanidade se tornando um ninguém.

Visto que, ao se negar a humanidade de uma pessoa é negado a ela seu direito de viver na sociedade, e o seu direito de escrever sua própria história com as suas palavras. Já sabemos que, a cidadania era algo muito almejado pelos escravizados, não esse sendo seu único desejo.

Nos questionamos então, o motivo da cidadania ser então importante para o escravizado e por que o fato dele ser destituído dela se torna algo desumano?

---

<sup>68</sup> *A Manilha e o Libambo*. Alberto Costa e Silva. 2002.p.63-64.

Um cidadão que para seu estado tem sua cidadania reconhecida tem com ele o lugar de pertencimento a sua nação, como por exemplo, na Grécia antiga os cidadãos das chamadas *pólis*, que eram como as cidades estados da Grécia eram chamadas. Tinham sua cidadania reconhecida pelo lugar que pertenciam, se tornado cidadãos daquele Estado.

A definição de cidadania e de estado não era definido de forma clara nas sociedades pré-coloniais, no entanto elas estavam subentendidas nessas sociedades. Ao modo de que, os cidadãos delas possuíam direitos e com eles sua cidadania, sendo assim reconhecidos pelos seus estados.

Desta maneira, a cidadania é um direito quase que natural ao ser humano, portanto, quando o escravizado é destituído dela é quase como se ele não pertence mais ao lugar que ele nasceu, do mesmo modo ao ser levado de forma compulsória para terras estrangeiras se torna algo desumano. Porque, a destituição desse direito faz com que a instituição da escravização não invente o cidadão escravizado, invente e consolida o escravizado.

Uma vez que, ele para aquele sistema é escravo tendo a possibilidade de um dia alcançar sua liberdade, sendo essa uma das brechas da escravização, porém os senhores de escravizados farão de tudo para dificultar que o escravizado um dia alcance sua liberdade e com ela sua cidadania e seus direitos.

Sabemos que maioria dos escravizados que foram traficados da África para as Américas eram da raça preta, sendo assim podemos dizer que, a história dos negros é uma junção de fragmentados de uma história marcada por sangue, por desumanização, por objetificação e pela destituição de seus direitos. A escravização traficou milhares de africanos para as coloniais europeias.

Por esse motivo, alguns pesquisadores dizem que escravidão foi um genocídio, pois indiretamente ela aniquilou diversos grupos étnicos no continente africano. Portanto, esse genocídio da humanidade deixou marcas de sangue na superfície da história, desta forma o sistema escravocrata inventou o escravizado que teria uma sua única função o trabalho compulsório, como afirma o filosofo alemão Friedrich Hegel.

O autor africano Achille Mbembe escreve no primeiro capítulo de seu livro *Crítica da razão negra* que:

“Rapidamente se tem a impressão de que a escrita da história dos negros só pode ser feita com base em fragmentos, mobilizados para dar conta de uma experiência em si

mesma fragmentada, a de um povo em pontilhado, lutando para se definir não como um compósito disparato, mas como uma comunidade cujas manchas de sangue são visíveis por toda a superfície da modernidade.” (Mbembe,2020, p.63)<sup>69</sup>

Logo, a escravização não inventa o escravo para ser cidadão, fazendo assim com que a liberdade e escravidão não pudessem ser a ausência uma da outra, como afirma os estoicos na antiguidade. Posto que, ao determinaram uma raça para a escravidão a instituição reafirma que o escravizado não será cidadão, porque ele é privado de sua liberdade efetivando assim a definição de Aristóteles, que perdura por toda a servidão pré-colonial. A natureza o transforma em escravo, colocando nele um corpo e um rosto que carregará as marcas da escravização.

A escritora estadunidense Tori Morrison escreve no seu livro *A Origem dos Outros: Seis Ensaios sobre racismo e literatura* que: “Sendo assim, como funcionava a escravidão? Uma das maneiras de que as nações dispunham para tornar palatável o caráter degradante da escravidão era a força bruta; outra era a romantização.” (Morrison, 2017, p.16)<sup>70</sup>.

A romantização da escravização está ligada ao fato de o corpo social acharem que os escravizados eram considerados pessoas das famílias e que eles em algum momento teriam sua liberdade devolvida pelo seu dono provisório, se tornando assim dono de si mesmo.

Entretanto, como afirma Morrison a escravidão funcionava de duas formas: uma era através da força bruta que era aplicada de forma desumana nos escravizados e outra é a romantização da escravidão, que faz parecer como se esse sistema tivesse em algum momento tratado o escravizado como um ser humano. Quando na verdade o cidadão que era escravizado era constantemente desumanizado e destituído de seus direitos.

Voltemos para a ruptura da cidadania do escravizado, percebemos que esta suspensão se tornou algo quase que inevitável, dessa maneira a escravização firma o seu domínio sobre o escravizado colocando-o na forma de moeda, transformando a escravização em um dos mercados mais lucrativos na colonização.

Nas palavras de Morrison:

“Devia ser universalmente claro, tanto para quem vendia quanto para quem era vendido, que a escravidão era uma condição desumana, apesar de lucrativa. Os

---

<sup>69</sup> *Crítica da Razão Negra*. Achille Mbembe.2020. p.63.

<sup>70</sup> *A Origem dos Outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura*. Tori Morrison.2017. p.16.

vendedores certamente não queriam ser escravizados; os comprados muitas vezes cometiam suicídio para evitar o cativeiro.” (Morrison,2017, p.16)<sup>71</sup>.

Já que, o senhor de escravos não queria se tornar o objeto de venda, porque eles foram os responsáveis por forçar os escravizados a entrarem nos navios que iriam traficá-los. Que ao chegar no seu destino final, leva o escravizado para um novo dono, como se ele fosse um objeto.

Desse modo, a escravização condena o escravo a ser um objeto, uma moeda e uma propriedade até fim da vida dele, posto que a liberdade nessa instituição é algo que precisa ser comprado. Assim, o cidadão escravizado é mais uma vez destituído de seu direito de ser livre, em consequência disso, a cidadania se torna um objeto que precisa ser comprado e aceito pelo seu dono, que nesse caso é dono um de ser humano.

Trazemos aqui mais uma vez o Mbembe, que afirma em no segundo capítulo do seu livro que:

“Tratava-se, efetivamente, de subir de volta às fontes perdidas dos rios e de sair de uma história que, anunciado a decadência e a morte, também é portadora de promessas de eternidade. Nessa perspectiva, o “modelo negro” abre caminho para um novo tipo de escrita.” (Mbembe,2020, p.84)<sup>72</sup>

Os escravizados de uma certa maneira abriram brechas na escravidão para que a história deles fosse narrada, para a sociedade nunca se esquece que a escravização é uma forma desumana de ser tratar qualquer ser humano. Dessa forma, a raça preta abre caminhos para que seja narrado a veracidade da escravização. Obviamente, que nós não iremos saber a verdade do escravizado e nem verdadeira história da escravidão, visto que essa morreu junto com aqueles que fizeram parte dessa narrativa, sejam eles senhores ou escravizados.

No entanto, podemos saber fragmentos dessa história e montar uma espécie de quebra cabeça com eles, dado que a história africana foi silenciada durante a colonização. Pois, o protagonismo se volta para os europeus que traficam os escravizados e para as colônias europeias que recebem eles, não de uma maneira amigável, mas de uma maneira que reafirma que o escravo não é cidadão.

A maioria dos escravizados que foram levados para as colônias, são negros africanos que foram destituídos de sua nação, uma vez que eles foram obrigados a renunciar tudo que para eles significava sua identidade. Desse modo, a África se torna um continente presente em todo

---

<sup>71</sup> A Origem dos Outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura. Tori Morrison.2017. p.16.

<sup>72</sup> Crítica da Razão Negra. Achille Mbembe.2020. p.84.

o mundo, e como consequência a raça preta deixa seus descendentes na humanidade, para que eles narrassem a história de seus ancestrais e fizessem com que a narrativa fosse escrita diferente. Cumprido assim sua promessa para eternidade.

Logo, os escravizados tiveram um longo caminho para que sua cidadania fosse restituída, mesmo que juridicamente na servidão pré-colonial ele fosse protegido por leis, nessas eles eram para o social uma propriedade, que era extremamente valiosa para o dono sua posse, que dominava o escravo com falsas promessas.

Entendemos que, tanto as escravizações pré-colonial e a colonial se tornam uma só, mesmo que ambas aconteçam em momentos diferentes da história, podemos dizer que a servidão colonial é uma consequência da pré-colonial. Todavia, mesmo que na escravidão pré-colonial o escravizado fosse reconhecido como uma propriedade, ele tinha algo que na colonização foi retirado dele. A cidadania do escravo ainda existia com ele na pré-colonial, pois era permitido que o cidadão escravizado vivesse no seu lugar origem.

A partir do momento, que ele é retirado do seu lugar sua cidadania escorre nas águas dos navios que trouxeram eles, dado que eles sabiam que seus descendentes não iriam conhecer África, pois os escravizados foram obrigados a renunciar a sua cidadania e com ela sua identidade.

Sendo assim, a instituição da escravização pode ter inventado o escravizado, mas foram os escravizados que inventaram o cidadão, formado uma família entre si mesmos. Uma vez que, somente um escravizado pode entender a dor que marca todo o sistema escravista.

## **Considerações Finais:**

Ao longo dessa pesquisa, passamos pela difícil narração da história da escravização africana, percebemos que os africanos talvez se sintam culpados ou envergonhados pelo fato de a instituição da escravidão ter começado nas terras africanas. A maioria dos Reinos Africanos, possuíam escravizados. Isto não quer dizer, que a servidão pré-colonial foi igual a colonial, pois apesar de apresentarem suas semelhanças, elas também possuem suas diferenças.

Abordamos uma parte de como foi a escravização pré-colonial africana, descobrimos quem foi o cidadão escravizado que era constantemente negado pela sociedade, por fim olhamos para as brechas do sistema escravocrata percebendo que esse sistema inventou o escravizado, mas não inventou o cidadão. Entretanto, o escravizado de alguma forma inventou o cidadão e fez com sua cidadania prevalece com ele, mesmo quando ela foi rompida.

Vimos que, o escravo não era um cidadão na servidão pré-colonial, já que ele era aparentemente um cidadão protegido pelas leis da época, no entanto nessas para o social só via a propriedade, o objeto, a moeda e não o ser humano que se encontrava na condição de escravizado. Contudo, os escravizados resistiram e lutaram pela sua liberdade mesmo que essas tentativas tenham sido reprimidas violentamente pelos senhores de escravos.

Dessa maneira, uma possível resposta para o questionamento: por que o escravizado não era reconhecido como cidadão na escravização pré-colonial?

Uma das respostas para essa indagação seria porque ele em vários momentos é inviabilizado e desumanizado pela escravidão, então o escravizado não poderia ser reconhecido como cidadão por uma sociedade que não o enxergava como um ser humano.

Chegamos até o começo da escravização colonial, focando no tráfico de escravizados para as colônias europeias, não aprofundamos nesse assunto, pois o foco era entender como o escravo foi destituído de seus direitos e obrigado a renunciar sua cidadania e com ela sua identidade.

Assim, a definição do filósofo Aristóteles permaneceu por toda escravização pré-colonial que ao chegar na colonial faz uma espécie de transição para a dialética do senhor e do escravo do filósofo alemão Friedrich Hegel. Portanto, a filosofia ocidental de uma certa forma tinha suas definições de escravização, que variava de filósofo para filósofo.

As marcas deixadas pela escravização infelizmente ainda estão presentes na história, por esse motivo que essa narrativa precisa ser aborda não somente nas pesquisas acadêmicas, mas também nas salas de aulas, mesmo que contar essa história seja difícil, ela precisa ser contada.

Ademais, as máscaras da escravização pré-colonial caem e se revelam durante a história, o escravizado pode não ter conquistado sua cidadania durante a escravidão, porém a conquista da sua liberdade, da sua cidadania e a reiteração dos seus direitos ocorre na história toda vez que decidimos olhar a perspectiva de um cidadão, que infelizmente carregou no seu corpo as marcas da escravização.

Por fim, citemos Frantz Fanon uma última vez: “Longe, muito longe no passado esmaeceram-se as últimas sequelas de uma luta gigantesca conduzida contra outro.” (Fanon,2008, p.53)<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Frantz Fanon.2008. p.53.

## Referências Bibliográficas:

- Carneiro, Aparecida Sueli. **A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER.** São Paulo. 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 03 mar. 2025.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo. Editora Veneta, 1995.
- COSTA E SILVA, Alberto. **A Manilha e o Libambo.** Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 2014.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Salvador. Editora Edufba, 2008.
- FERNANDES, Pacheco, Maria Deozanne. **Sinhá Moça.** 1ºedição. São Paulo. Editora Cupolo LTDA. 1950.
- HEGEL, Friedrich Georg Wilhelm. **Fenomenologia do Espírito.** Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1992.
- KI-ZERBO, Joseph. **Coleção Geral da África-Volume I.** Brasília. Unesco, 2010.
- Lovejoy, Henry B. “**Mapping Uncertainty: The Collapse of Oyo and the Trans-Atlantic Slave Trade, 1816–1836.**” Journal of Global Slavery 4, no. 2 (2019): 127–167. <https://doi.org/10.1163/2405836X-00402002>.
- LOVEJOY, Paul E. **A Escravidão na África: Uma história de suas transformações.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2002.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** São Paulo. Editora N1-edições, 2020.
- MBEMBE, Achille. **As formas africanas de Auto Inscrição.** Revista Estudos Afro-asiáticos. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eaa/a/ddR69Y7Ptm6KDvv4tmHSvbF/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 08 ago.2024.
- MELLO, José Guimarães. **Negros e Escravos na Antiguidade.** São Paulo. Editora Arte e Ciencia, 2003.

- MORRISON, Toni. *A Origem dos Outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2017.
- QUEEN NDATE YALLA of Senegal. African Heritages. 2015. Disponível em: <https://africaheritages.wordpress.com/african-leaders-and-empires/african-women-leaders/ndate-yalla-mbodi-of-senegal/>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- NICUIA, Eurico Jorge. **O PAPEL DO ESCRAVO EM ARISTÓTELES E HEGEL**. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2832/1/419782.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2025.
- REIS, João J. Costa, Emilia Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo. Companhia das Letras, 1998. 415p. Afro-Ásia, Salvador, n. 21-22, 1998. DOI: 10.9771/aa.v0i21-22.20974. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20974>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- THORNTON, John. *A África e os africanos: na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. São Paulo. Editora Campus, 2004.
- TIASSOU, Kossivi. **União Africana classifica escravidão como genocídio**. Revista DW. 2025. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/uni%C3%A3o-africana-classifica-escravid%C3%A3o-e-regime-colonial-como-genoc%C3%ADo/a-71942219>. Acesso em: 10 ago. 2025.



